

HT-217



**Universidade Eduardo Mondlane**

**Faculdade de Letras & Ciências Sociais**  
**Departamento de História**

**A Action Aid no combate à pobreza no distrito de Marracuene,  
1995 à actualidade**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane

**Autor: Luís Manuel Chazoita**

HT-217

Maputo, Setembro de 2006

**A Action Aid no combate à pobreza no distrito de Marracuene, 1995 à  
actualidade**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção  
do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane

Luis Manuel Chazoita

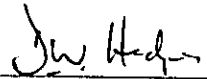
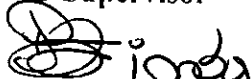

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS & CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Supervisora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Benigna Zimba

Maputo, Setembro de 2006

|                   |
|-------------------|
| U.E.M. - F.L.C.S. |
| R. E. 31891       |
| DATA 20.10.2006   |
| AQUISIÇÃO efetiva |
| COTA HI-217       |

O Júri:

| O Presidente  | O Supervisor  | O Oponente   | Data         |
|---|---|--|--------------|
|  |  |  | 16 / 10 / 06 |

### **Declaração**

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência, para obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

-----

( Luís Manuel Chazoita)

### **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus familiares, em particular à minha mãe Elisa Sambape e aos meus irmãos.

À memória do meu pai Manuel Chazoita e da minha irmã Helena Elisa Chazoita.

## **Agradecimentos**

Agradeço, de forma especial, a Professora Doutora Benigna Zimba pela atenção, paciência e minúcia nas suas observações e recomendações na orientação deste trabalho. Desde a elaboração do projecto até a redacção do trabalho final. Só Deus pode testemunhar o arranjo e a coragem.

Quero deixar aqui registada a minha profunda gratidão à Action Aid Internacional Moçambique pela informação facultada, nas pessoas de dr. Eduardo Costa, sr<sup>a</sup> Cristina, sr<sup>a</sup> Clara, sr. Figueredo Lhongo.

Às autoridades chefes, comunidade e sociedade civil do distrito de Marracuene e da localidade de Nhongonhane. Ao guia do campo, colega do curso, Ambrósio Mafumo.

Aos colegas do curso, 2001/2006, em especial Luís Meno; do quarto da residência universitária, amigos, como Aristides e Micas, ambos estudantes finalistas de Direito nesta universidade, dr. Cláudio Manjate e ao dr. Gabriel Davo, que aceitaram ler todo ou alguma parte do trabalho, fizeram observações, forneceram-me mais bibliografia, chamaram-me atenção em alguns pontos na abordagem dos temas.

A todos que directa ou indirectamente contribuíram na realização deste trabalho.

Para finalizar, vão os meus agradecimentos muito especiais à minha família Chazoita que dispendera as suas pobres economias para a educação do seu filho, que soube que a educação inova e cria riqueza para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade.

O meu muito *tinobonga, khanimambo*, ou seja, obrigado!

## **Siglas e abreviaturas**

|              |   |
|--------------|---|
| A A.....     | Action Aid ( <i>Auxílio em Acção</i> )                    |
| ACNUR .....  | Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados    |
| ADRA .....   | Associação para o Desenvolvimento de Recursos Adventistas |
| ANAMAR ..... | Associação de Naturais e Amigos de Marracuene             |
| Cf .....     | Confirmar   |
| CEA .....    | Centro de Estudos Africanos                               |
| CEP .....    | Centro de Estudos da População                            |
| CIDAC .....  | Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral        |
| IDH .....    | Índice de Desenvolvimento Humano                          |
| ISRI .....   | Instituto Superior de Relações Internacionais             |
| MINEC .....  | Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação         |
| ONG .....    | Organização Não Governamental                             |
| PARPA .....  | Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta           |
| PRE .....    | Programa de Reabilitação Económica                        |
| PRES .....   | Programa de Reabilitação Económica e Social               |
| PNB .....    | Produto Nacional Bruto                                    |
| PNUD .....   | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento         |
| PVD .....    | Países em Vias de Desenvolvimento                         |
| RDH .....    | Relatório do Desenvolvimento Humano                       |
| RNDH .....   | Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano              |
| RRDH.....    | Relatório Regional do Desenvolvimento Humano              |
| UEM .....    | Universidade Eduardo Mondlane                             |

## Epigrafo

*A pobreza é um mundo complexo e a descoberta de todas as suas dimensões exige uma análise clara. Não se pode estabelecer uma linha de pobreza e aplicá-la rigidamente a todas da mesma forma, sem levar em conta as características e circunstâncias pessoais.*

Amartya Sen, prêmio nobel de economia, 1998.

## Resumo

O presente trabalho intitulado “A Action Aid (AA) no combate à pobreza no distrito de Marracuene, 1995 à actualidade”, visa contribuir para a compreensão do papel da AA no combate à pobreza em Marracuene. Para o efeito, consultamos fontes escritas em diversas bibliotecas e instituições da Cidade de Maputo, que versam especificamente de ONG, em geral, e AA em particular, e pobreza. Em seguida realizamos o trabalho de campo com base em entrevistas estruturadas e semi-estruturadas a pessoas ligadas com o objecto de estudo.

A informação bibliográfica permitiu constatar que o tratamento teórico sobre a “pobreza” define-a, de forma geral, no sentido de carência. Esta carência que assola a população de Marracuene levou a AA de 1995 a 2004 a executar as actividades de provisão de serviços (construção de infra-estruturas, distribuição de insumos agrícolas, formação de professores) que se enquadram nas teorias de “desenvolvimento” e “modernização” defendidas por Amartya Sen e Maria Alves, respectivamente. E desde 2005, a AA exerce actividades de defesa dos direitos do homem que se enquadram nas teorias “organizacional e comportamental” e “equidade de género” defendidas por Maria Alves e Joan Scott, respectivamente, como forma de acabar a pobreza.

Como se pode observar, as actividades da AA no combate à pobreza não têm sido estáticas: estiveram por um lado, relacionadas com a realidade de Moçambique, por exemplo, os efeitos do conflito armado em que Marracuene foi um dos distritos mais afectado (destruição de infra-estruturas); por outro lado, estão relacionadas com a visão actual do combate à pobreza que inclui a defesa dos direitos humanos. Embora se faça sentir a intervenção da AA nas áreas supracitadas no entanto, ainda persistem alguns problemas em Marracuene ligados à saúde, à educação e a outras infra-estruturas básicas.



## Índice

|  |           |
|--|-----------|
| Declaração .....   | i         |
| Dedicatória .....  | ii        |
| Agradecimentos .....   | iii       |
| Siglas e abreviaturas.....   | iv        |
| Epigrafo.....  | v         |
| Resumo .....   | vi        |
| <br>   |           |
| <b>Capítulo 1. Introdução .....</b>  | <b>1</b>  |
| 1.1. Contexto geral do trabalho .....  | 1         |
| 1.2. Objectivos do trabalho e motivação .....  | 3         |
| 1.3. Problemática e pergunta de partida .....  | 5         |
| 1.4. Hipóteses .....   | 6         |
| 1.5. Metodologia .....   | 7         |
| <br>   |           |
| <b>Capítulo 2. Revisão da literatura .....</b>   | <b>8</b>  |
| 2.1. Quadro teórico-conceptual .....   | 9         |
| <br>   |           |
| <b>Capítulo 3. A Action Aid no combate à pobreza no distrito de Marracuene.21</b>              |           |
| 3.1. Perfil do distrito de Marracuene: caracterização física e sócio-económica....             | 21        |
| 3.2. Breve historial da Action Aid .....   | 23        |
| 3.3. A concepção de pobreza e desenvolvimento da Action Aid.....                               | 25        |
| 3.4. A legalização e o funcionamento da Action Aid .....                                       | 27        |
| 3.5. Relações entre a Action Aid, Governo, financiadores, outras ONG's e a<br>Comunidade ..... | 29        |
| 3.6. As actividades de provisão de serviços da Action Aid em Marracuene .....                  | 32        |
| 3.7. A nova visão da AA no combate à pobreza em Marracuene, desde 2005 .....                   | 35        |
| 3.8. A participação comunitária nos projectos da Action Aid em Marracuene ....                 | 37        |
| <b>Capítulo 4. Conclusão.....</b>  | <b>41</b> |
| <b>Bibliografia .....</b>  | <b>43</b> |
| <b>Anexos .....</b>  | <b>49</b> |

|  |    |
|--|----|
| Anexo I. Guião de entrevistas .....  | 49 |
| I.I. Guião de entrevista a Action Aid .....                                | 49 |
| I.II. Guião de entrevista a comunidade de Marracuene .....                 | 50 |
| I.III. Guião de entrevista a estruturas governamentais de Marracuene ..... | 50 |
| Anexo II. Lista dos entrevistados .....                                    | 51 |
| Anexo III. Mapa do distrito de Marracuene .....                            | 52 |
| Anexo IV. Boletim da República (Decreto nº55/98) .....                     | 53 |
| V. Despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiro e Cooperação.....         | 55 |
| VI. Comunicação do Despacho.....   | 56 |

## Capítulo 1. Introdução

### 1.1. Contexto geral do trabalho

Este trabalho pretende contribuir para a compreensão do papel da Action Aid (AA) no combate à pobreza no distrito de Marracuene. Para o efeito, temos em consideração as análises de teóricos, Amartya Sen e Brazão Mazula, que tratam de “pobreza” e “desenvolvimento”; sendo a “pobreza” o suporte teórico do nosso trabalho.

A questão da pobreza tem suscitado grandes debates nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, eufemismo usado para identificar os países pobres dos quais Moçambique é integrante, na tentativa de defini-la segundo o contexto de cada país e na procura de encontrar soluções possíveis para combatê-la.

Em Moçambique, o combate à pobreza iniciou nos primeiros dias da independência (1975), como por exemplo, em 1977, com a realização do III Congresso da Frelimo, definiu-se uma política de desenvolvimento rural, baseada numa economia de planificação centralizada, facto que privilegiou as aldeias comunais e machambas estatais em detrimento ao sector familiar<sup>1</sup>. O estado mostrou-se incapaz de assegurar as despesas a longo prazo visto que a economia do País estava débil devido ao conflito armado, seca e a situação económica internacional. Estes factos, levaram o Governo de Moçambique a juntar-se às instituições da Bretton Woods em 1984, a abrir-se aos países, aos doadores e ONG's ocidentais e em 1987 anunciou o PRE, dando uma viragem para economia de mercado, cujos efeitos agravaram a situação de pobreza da população<sup>2</sup>.

No País, o índice de incidência da pobreza é de 64,4%, indicando que mais de 2/3 da população se encontra abaixo da linha da pobreza. E esta pobreza apresenta níveis mais

---

<sup>1</sup> Jochen Oppenheimer; Isabel Raposo. *A pobreza em Maputo*. Lisboa: Ministério do Trabalho e Solidariedade, 2002. p.17.

elevados nas zonas rurais (71,2%), onde se encontra 80% da população, que nas zonas urbanas (62%)<sup>3</sup>. A AA é para o Governo uma das estratégias para o combate à pobreza em Marracuene. Reside neste aspecto, a importância dada ao estudo da relação entre AA e a pobreza, com vista a compreender as actividades desta ONG para a redução da pobreza em Marracuene.

O conflito armado terminado em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), teve efeitos devastadores sobre o distrito de Marracuene, tendo resultado na destruição de infra-estruturas sociais e económicas. Milhares de famílias ficaram deslocadas e sem condições de prover o seu sustento. Com efeito, o Governo de Moçambique, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento com várias instituições económicas e humanitárias, permitiu que a AA operasse no distrito a partir de 1995, com o fito de reabilitar o tecido social<sup>4</sup>. A AA ao estabelecer-se em Marracuene em 1995, tinha como projecto provisão de serviços (construção de infra-estruturas, distribuição de insumos agrícolas, formação de professores) o que contribuiu para a melhoria de condições de vida da população local. Actualmente, isto é, desde 2005, a AA empenha-se sobretudo, na defesa dos direitos humanos facto que é respondido pela população de forma receosa pelo facto de associar a provisão de serviços à esperança de melhorias das suas condições de vida.

O trabalho está dividido em quatro capítulos: o primeiro indica os objectivos do estudo, o problema e a pergunta de partida, as hipóteses e a metodologia usada para a elaboração deste trabalho. O segundo capítulo trata da revisão de literatura. Este capítulo vai tratar do enquadramento teórico que enforma as teorias “pobreza”, “desenvolvimento”, “modernização”, “organizacional e comportamental” e, por último, “equidade de género”, nas suas diferentes

---

<sup>2</sup> Joseph Hanlon. *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 1997. p.112-119.

<sup>3</sup> República de Moçambique. *PARPA 2000-2004*. Maputo: Promédia, 2000. p.19-20.

concepções. O esforço aqui será o de confrontar vários teóricos com o impacto real que se observa no distrito de Marracuene. O terceiro capítulo "A Action Aid no combate à pobreza no distrito de Marracuene", constitui o cerne deste trabalho. O capítulo vai demonstrar o historial e as características sócio-económicas de Marracuene antes da intervenção da AA no distrito, os projectos provisão de serviços e direitos humanos implementados pela AA. Vai examinar ainda em que medida a participação comunitária, em particular da mulher na educação, constitui uma das estratégias da AA no combate à pobreza no distrito. Finalmente, o quarto capítulo, a conclusão iremos sintetizar a discussão presente nos capítulos precedentes e tecer alguns comentários sobre a participação da AA no combate à pobreza em Marracuene. Nesta última parte do trabalho, vamos apresentar as fontes que consultamos.

## **1.2. Objectivos do trabalho e motivação**

O estudo visa, no geral, contribuir para a compreensão do papel da Action Aid no combate à pobreza em Marracuene.

Constituem objectivos específicos os seguintes pontos:

- Analisar criticamente as abordagens teóricas sobre pobreza e ONG em geral, e AA em particular;
- Identificar as principais actividades da AA para o combate à pobreza em Marracuene;
- Identificar as modificações do nível de vida da população de Marracuene com a intervenção da Action Aid;

---

<sup>4</sup> Embora se faça referência de que AA se instalou no distrito de Marracuene a partir de 1995, ela começou a desenvolver as suas actividades em 1997. O ano de 1995, foi o de levantamento de informações do distrito, ou seja, Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

- Analisar o papel da comunidade focalizando especificamente a mulher e a sua integração nos projectos da AA .

A motivação para a realização do presente trabalho, resulta dos debates teóricos sobre a ambiguidade e a relatividade da pobreza que os estudiosos procuram definir segundo a realidade de cada país, procurando possíveis estratégias para o seu combate. Além disso, a escolha do tema está ligada ao facto de existirem poucos ou quase nada estudos que tratam da contribuição da AA no combate à pobreza no distrito de Marracuene.

A escolha da AA, dentre várias ONG's estrangeiras que operam no País, deve-se ao facto de sua concepção sobre o "combate à pobreza" que não se cinge apenas em fornecimento de bens mensuráveis em termos numéricos, mas também na compreensão de que o "combate à pobreza" depende tanto da liderança e responsabilidade, sociedade civil como da mulher e regime de direito; também deve-se ao facto de ter assistido na Televisão de Moçambique (TVM), no seu programa *Ver Moçambique*, nos meses de Julho e Agosto de 2005, a algumas actividades que a AA presta nas zonas rurais. Tais actividades consistiam no fomento pecuário numa das zonas rurais da Província da Zambézia e disseminação dos direitos humanos, nomeadamente, educação e contra a violência à criança na Província de Manica.

Na percepção de Carlos Fumo, esta acção de levar ao público as actividades desenvolvidas por uma ONG faz com que esta tenha maior credibilidade na sociedade, visto que demonstra que há transparência na gestão dos recursos<sup>5</sup>. Deve-se ainda ao facto, desta ONG estar a complementar os programas de desenvolvimento sócio-económicos do Governo de Moçambique orientados para desenvolver as zonas rurais. Escolheu-se o distrito de Marracuene porque foi um dos distritos da província de Maputo que sofreu maior devastação durante o

conflito armado, decorrido no País de 1976 a 1992, atingindo quase todo o tecido social, e porque apresenta uma densidade populacional bastante elevada em relação a muitos outros distritos do País<sup>6</sup>.

Escolheu-se o ano 1995 como marco inicial porque foi o ano em que a Action Aid fez o reconhecimento da situação social e económica do distrito de Marracuene, ou seja, Diagnóstico Rural Participativo (DRP), três anos depois do fim do conflito armado no País; e à actualidade, pelo facto de a Action Aid ter novas intervenções que consistem na defesa dos direitos humanos como estratégia de combate à pobreza.

### **1.3. Problemática e Pergunta de Partida**

Moçambique é um país classificado como em desenvolvimento, eufemismo usado para identificar os países pobres. Neste caso, o combate à pobreza tem sido realizado desde os primeiros dias da independência (1975). Deu-se como prioridade às despesas da educação e saúde de modo a acentuar o desenvolvimento humano. Realizaram-se também, investimentos na reabilitação de infra-estruturas básicas (fontanários, estradas, pontes). Porém, os progressos alcançados não permitiram que fossem superados problemas sociais e económicos graves. O País continua a ser dos mais pobres do mundo<sup>7</sup>. No entanto, apontam-se várias causas da pobreza em África, em geral, e Moçambique, em particular, como por exemplo, a presença e

---

<sup>5</sup> Carlos Fumo. "ONG's moçambicanas: Sua identidade e papel no desenvolvimento do País". In Ana Piedade Monteiro; Alexandrino José (Org.). *ONG's: Faces e contra faces na identidades civil moçambicana*. Maputo: CEA, 1995, p.62.

<sup>6</sup> ACNUR-PNUD. *Perfil de desenvolvimento distrital de Marracuene 1997*. Maputo: ACNUR-PNUD, 1997, p.3-4.

<sup>7</sup> Cf. Banco Mundial no seu *Memorando sobre o papel da água na economia moçambicana*, Junho de 2005, ao afirmar que Moçambique é classificado pelo IDH em 170º lugar dos 173 países mais pobres, p.11.

administração colonial<sup>8</sup>; a dívida externa que inibe o desenvolvimento do País; a corrupção que afasta os investidores nacionais e estrangeiros, cria vantagens injustas para alguns e reduz as perspectivas para os pobres<sup>9</sup>; as calamidades naturais cíclicas e o conflito armado que destruiu infra-estruturas do País em geral e Marracuene em particular<sup>10</sup>. Incidindo sobre a análise das causas da pobreza, o Governo recorreu à Comunidade Internacional que se traduziu, em parte, na chegada de ONG's como por exemplo da AA em 1988, como estratégia de combate à pobreza.

Para a AA, a estratégia de combate à pobreza em Marracuene é primeiramente a conceptualização da própria "pobreza" seguida pela execução de diversas actividades, de entre as quais, a provisão de serviços e defesa dos direitos da mulher, da criança e dos grupos mais desfavorecidos. Deste modo, torna-se importante compreender até que ponto as actividades da AA no combate à pobreza em Marracuene constituem uma estratégia de melhoria de condições de vida da população daquele distrito.

#### 1.4. Hipóteses

- As actividades de AA, provisão de serviços, contribuíram para a melhoria de condições de vida da população do distrito de Marracuene;
- A AA na execução das suas actividades tem integrado a população local.

---

<sup>8</sup> Brazão Mazula. *Ética, educação, e criação de riqueza: uma reflexão epistemológica*. Maputo: Livraria Universitária, 2005. p.6. José Negrão. *Cem anos de economia da família rural africana: o delta do Zambeze em análise retrospectiva*. Maputo: Promédia, 2001. p.9.

<sup>9</sup> USAID—Moçambique. *Relatório de avaliação da corrupção em Moçambique 2005*. Maputo, 16 de Dezembro de 2005, p.1.



## 1.5. Metodologia

Para a realização do presente trabalho usamos os seguintes métodos:

Pesquisa bibliográfica que consistiu na recolha, leitura e análise de materiais relacionados com o objecto e área de estudo. Destes materiais fazem parte os artigos de revistas, relatórios de pesquisa, monografias e mapas. Usamos os dados recolhidos para a elaboração do guião do trabalho de campo e capítulos sobre “quadro teórico-conceptual; descrição das características físicas e sociais de Marracuene e na argumentação dos resultados de trabalho de campo”. Fizemos esta pesquisa nas bibliotecas da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), no Centro de Estudos Africanos (CEA), no Núcleo de Estudo de Terra (NET), do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), no Banco Mundial, do Link/Fórum das ONG's e na sede dos escritórios da Action Aid.

O trabalho de campo consistiu na observação directa dos cenários em curso no distrito de Marracuene e realização de entrevistas tipo semi-estruturadas e estruturadas, individuais e colectivas baseadas num guião de tópicos que permitiu a exploração e introdução de novos tópicos ligados ao objecto de pesquisa. Fizemos as entrevistas a vinte e uma (21) pessoas, nomeadamente: informantes-chave, representantes da AA e alguns membros da comunidade de Marracuene. Pretendíamos compreender as suas diferentes percepções da situação da pobreza rural e das prioridades para lhes fazer face. As línguas usadas durante a entrevista foram português e changana. O uso desta última, foi possível graças a um colega da turma, Ambrósio Mafumo, residente em Marracuene. As mesmas entrevistas, decorreram nos meses de Fevereiro e Abril do presente ano ( 2006). O uso dos dois métodos, pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, permitiu fazer uma análise qualitativa, que é predominante no presente trabalho.

---

<sup>10</sup>Hanlon. *Paz sem benefício...*p.37-50. Reginald Green. *A dimensão social do ajustamento em Moçambique: estudo sobre o impacto social do PRE sobre os grupos populacionais mais desfavorecidos*. Maputo: Ministério das

## Capítulo 2. Revisão da literatura

A presente revisão da literatura pretende fazer uma análise crítica de estudos já feitos em relação a pobreza, ONG, desenvolvimento e género.

Nesta revisão da literatura baseamo-nos nalgumas perguntas de orientação tais como: (i) até que ponto as actividades da Action Aid são viáveis para o combate à pobreza em Marracuene? (ii) em que medida o programa “género e desenvolvimento” da AA contribui para a partilha equilibrada de actividades (económicas) entre mulheres e homens para o melhoramento da qualidade de vida da população de Marracuene? Partindo de tais indagações, pretendemos destacar alguns pontos que circunscrevem a temática da pobreza enquanto o objecto de estudo deste trabalho e como alguns teóricos a explora. Seleccionamos teóricos como base para iniciarmos uma reflexão sobre algumas questões empíricas e teóricas com os quais eles se deparam ao analisarem a pobreza.

John Friedmann (1996); Amartya Sen (1999/2003), este último citado no Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano (RNDH) 2000 do PNUD e no Brazão Mazula (2005), respectivamente. Estes teóricos fazem o relacionamento entre a liberdade e o desenvolvimento. A partir destas duas expressões as ONG's capacitam ou potenciam as iniciativas dos pobres a usarem esta liberdade para terem acesso ao poder para atingirem o desenvolvimento. Brazão Mazula (2005) defini a pobreza no contexto moçambicano como também, menciona as causas e as estratégias de combate à mesma em Moçambique, partindo de exemplo das análises de Amartya Sen. A obra de Maria Alves (1996) foi de extrema importância, na medida em que procura evidenciar a teoria de “modernização” implementada pelas ONG's, como a Action Aid, no combate à pobreza. A obra de Nazneen Kanji et al.(2002) também foi de extrema

---

Finanças/UNICEF, 1989. p.8-9.

importância porque debruça-se sobre a importância do *empowerment*, protagonizado pelas ONG's como forma de potenciar os socialmente excluídos. Por fim, Joan Scott (1989) e Benigna Zimba (2003) que, analisando a construção de relações de género, tiveram um tratamento especial no presente trabalho, mais concretamente no que tange ao papel da mulher nos projectos da AA no distrito de Marracuene. Foram ainda de extrema importância o artigo de Malcom F. McPherson (2002) e o Relatório do Desenvolvimento Humano 2005 do PNUD, na medida em que analisam os prós e os contra da ajuda externa no combate à pobreza. Além disso, a tese de licenciatura de Nelson Capaina, que trata de ONG's estrangeiras, especificamente da Action Aid Moçambique, ajuda-nos a compreender a dinâmica entre esta ONG e o Governo de Moçambique, financiadores e as comunidades rurais como também as actividades por si desenvolvidas.

## 2.1. Quadro teórico-conceptual

Vários cientistas sociais têm-se dedicado ao estudo do tema "pobreza". As suas reflexões sobre a incómoda condição social resulta em abordagens diferentes sobre o tema.

Como ponto de partida, referimo-nos à amplitude do conceito "pobreza"<sup>11</sup>, segundo alguns autores que se debruçam sobre ele, sempre na tentativa de defini-lo consoante o contexto de cada país e propondo possíveis soluções. Em princípio, a própria definição de "pobreza" não é unívoca. O dicionário de Ciências Sociais, por exemplo, concebe a "pobreza" de uma forma mais geral, baseada no sentido de carência: "...situação na qual pessoas carecem daquilo de que

<sup>11</sup> Segundo Márcio Ezequel, "pobreza" é uma expressão de origem latina que se diversificou nas línguas vulgares a partir dos séculos XIII e XIV. In *Pobreza como objecto histórico: problemas empíricos e teóricos*. <http://www.google.com.br>. (25 de Julho de 2006).

têm necessidade para viver”<sup>12</sup>. Outra versão, que merece destaque, é a do Amartya Sen citado no RNDH 2000, que define a “pobreza” como privação das capacidades para levar uma vida que as pessoas afectadas valorizam e anseiam<sup>13</sup>. Além disso, Sen considera que ser pobre é ter um nível de rendimento insuficiente para desenvolver determinadas funções básicas, levando em conta as circunstâncias e requisitos sociais circundantes.

As abordagens de Sen em relação a “pobreza” não se centram apenas na dimensão monetária (rendimento e consumo) da mesma, como o Relatório de desenvolvimento do Banco Mundial de 1990 e Schubert as fizeram, mas sim numa definição mais abrangente da pobreza que ultrapassa o nível de vida inadequado<sup>14</sup>.

As críticas de Sen para com o Banco Mundial em relação a pobreza, permitiram por um lado, a Elísio Macamo classificar a instituição de inventar os pobres na medida em que é pobre aquele que não ou sobrevive com menos de 1dólar (USD) por dia, e por outro lado<sup>15</sup>, limitar a definição e medição da pobreza por via do rendimento e consumo. A partir de tais críticas, o Banco Mundial definiu a pobreza de forma mais abrangente:

... a pobreza é um fenómeno multidimensional que inclui a incapacidade de satisfazer as necessidades básicas, a falta de controlo de recursos, a falta de educação e de conhecimento, a falta de abrigo, o acesso deficiente à água e ao saneamento, a vulnerabilidade aos choques, à violência e ao crime, a falta de liberdade política e de participação”<sup>16</sup>.

<sup>12</sup> Benedicto Silva et.al (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.p.906. Márcio Ezequel. *Pobreza como objecto histórico: problemas empíricos e teóricos*. <http://www.google.com.br>. (25 de Julho de 2006).

<sup>13</sup> PNUD. *Moçambique—educação e desenvolvimento humano: percursos, lições e desafios para o século XXI*. RNDH 2000. Maputo: PNUD, 2000. p.14.

<sup>14</sup> Segundo Schubert citado por Oppenheimer; Raposo. *A pobreza em Maputo...*,p.46, a linha limite de pobreza utilizada para se determinar a pobreza absoluta é de 15USD mensais, per capita. Os agregados familiares que tenham despesas mensais abaixo de 15USD mensais, per capita, não têm possibilidade de satisfazer os requisitos dietéticos mínimos...

<sup>15</sup> Elísio Macamo. *O abecedário da nossa dependência*. Maputo: Ndíra, 2005. p.69.

<sup>16</sup> Oppenheimer; Raposo. *A pobreza em Maputo...* p.43.

No contexto moçambicano, Brazão Mazula define também a “pobreza” de forma mais abrangente, no entanto, circunscreve-se na carência: “ pobreza é acordar de manhã e não saber onde buscar água para, ao menos, lavar a cara; esfomeado e não ter dinheiro para comprar um naco de pão; morrer colhido de febre súbita que não dá tempo de chegar ao hospital próximo por falta de transporte...”<sup>17</sup>.

As definições de pobreza supracitadas são operacionais em Moçambique em geral, e Marracuene em particular, na medida em que a população se depara no seu dia-a-dia com os problemas de insuficiência de posto de saúde, falta de pessoal médico, insuficiência de escolas, difícil acesso a fontanários, abuso sexual de raparigas na escola<sup>18</sup>. No entanto, a intervenção da AA veio minorar os problemas da saúde, educação, agricultura, água potável, matérias ligado a direitos humanos. Por exemplo, direitos da mulher à educação; contra violência à criança.

Com base no estudo da literatura sobre a pobreza nas suas próprias investigações empíricas, no presente trabalho definimos algumas características essenciais da pobreza em Marracuene: Pobreza significa insuficiência de recursos para sobreviver. Nessa apreciação são incluídos não só os recursos materiais mas também os sociais, como os meios para comunicação, meios que suportem as relações sociais pertinentes e meios para fazer uso dos recursos institucionais básicos como a educação<sup>19</sup>.

Os teóricos de “desenvolvimento” definem-no como a melhoria do padrão de vida da população e capacidade desta de fazer opções com autonomia e dignidade própria de um ser

---

<sup>17</sup> Mazula. *Ética, educação...*p.5.

<sup>18</sup> O abuso sexual de raparigas na escola é um dos casos evidente no distrito de Marracuene, por exemplo, no mês de Julho de corrente ano, a Televisão de Moçambique (TVM) reportou casos destes, facto que levou muitas ONG's, AA em particular, sociedade civil e o Governo a fazerem uma marcha contra a violência de direitos de raparigas.

<sup>19</sup> Teorias sobre a pobreza. [htt: //www.google.com.br](http://www.google.com.br) (25 de Julho de 2006).

humano<sup>20</sup>. Amartya Sen (1999/2003) citado nas obras atrás mencionadas, contradiz dos teóricos do “subdesenvolvimento”, sinónimo de pobreza para este trabalho, ao analisar as causas da pobreza<sup>21</sup>.

Sen percebe que os países em desenvolvimento, eufemismo usado para identificar os países pobres, no caso de Moçambique, são pobres não apenas por razões económicas e efeitos da expansão do capitalismo defendidas por Samir Amin, mas também devido à falta de respeito dos direitos fundamentais que muitos destes países não têm para com seu povo. Como por exemplo, uns dos papeis do Estado é prover a Educação e Saúde ao seu povo como forma de atingir o desenvolvimento. Ao fazer esta análise, Sen relaciona os direitos humanos, sinónimo de direitos fundamentais, com o desenvolvimento no qual estes dois conceitos partilham a mesma visão: promoção do ideal de dignidade e bem-estar dos indivíduos<sup>22</sup>.

Com estas palavras, Sen pretende referir que a convergência entre estes dois conceitos, direitos humanos e desenvolvimento, resulta que os pobres facilmente podem utilizar as liberdades políticas para se oporem abertamente às tendências e forças de exclusão social.

Na mesma linha de defesa dos socialmente excluídos, Friedmann critica a doutrina económica conservadora porque limita o papel de Estado em prover escolas, hospitais (o Estado poucas vezes subsidia a educação, saúde), oferecendo assim, poucas perspectivas de uma vida melhor à população pobre. Para o efeito, o autor sugere um desenvolvimento alternativo, entendido como aquele que procura potenciar a iniciativa dos indivíduos, famílias, comunidades

---

<sup>20</sup> Yussuf Adam *Escapar ao dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo. Trajectória de Moçambique pós-colonial, 1975-1990*. Maputo: Promédia, 2006. p.109. República de Moçambique. *PARPA 2000-2004*.... p.12. Grupo de Pesquisa de Moçambique. *O movimento associativo moçambicano numa governação democrática*. Maputo: Kulima Editora, (s/d).

<sup>21</sup> Um dos teóricos do subdesenvolvimento são Samir Amin; Immanuel Wallerstein.

<sup>22</sup> PNUD. *Moçambique—Educação e desenvolvimento humano: percursos, lições e desafios para o século XXI*. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 2000. Maputo, 2000. p.14-15. Mazula. *Ética, educação*...p.6-11; 96.

e sectores socialmente excluídos, com base na ideia de *empowerment*, ou seja, capacitação ou potenciação.

O argumento de Friedmann é actualmente protagonizado pela Action Aid na medida em que procura potenciar ou capacitar os marginalizados na sociedade.

Em relação às actividades de provisão de serviços, como por exemplo, construção de infra-estruturas, distribuição de insumos agrícolas, formação de professores e as actividades de promoção e defesa dos direitos humanos exercidas pela Action Aid no combate à pobreza, temos a referir que ela se enquadra nas teorias “modernização” “organizacional e comportamental”, respectivamente<sup>23</sup>.

A teoria de “modernização”, defendida por Alves, tem como objectivo satisfazer as necessidades imediatas das populações locais, por meio de fornecimento de bens e serviços, o que não promove o desenvolvimento, visto que este deve ser assimilado ao *empowerment*. Esta teoria enquadrava-se na actividade de provisão de serviços levada a cabo pela Action Aid em Moçambique durante o conflito armado, no âmbito de programas de emergência.

Entretanto, a partir de 2005, a própria AA, percebeu que o combate à pobreza em Moçambique em geral, e Marracuene em particular, não passava apenas pela provisão de serviços, mas também pela promoção e defesa de direitos humanos. Por outras palavras, as actividades da AA consistem no *empowerment*, advocacia, equidade de género, direitos humanos, sensibilização em matéria de HIV/SIDA, violência sexual de crianças, mitigação da fome, da erosão e desflorestamento enquadram-se na teoria “ organizacional e comportamental”

---

<sup>23</sup> O uso do conceito “modernização” neste trabalho é explicado nos seguintes termos “ não confundir, por um lado, a *modernização* e a sua expressão num conceito político-filosófico relacionado com a criação da sociedade moderna para o projecto de estado-nação como único modelo para construção de estados na Europa. com, por outro lado, uma *modernização* no sentido de obter melhores condições de vida, melhor saúde, mais estudos e melhor habitação, que façam com que as pessoas possam viver melhor”. H. Abrahamsson; A. Nilsson. *Ordem mundial futura e governação nacional em Moçambique: “empowerment” e espaço de manobra*. Maputo: Padriugu-CEII-ISRI, 1995.p.56.

que visa a participação das populações em vários domínios do seu interesse. Como refere Kanji et al. : “este tipo de actividades levadas a cabo por uma ONG junto dos pobres têm resultados positivos visto que as pessoas pobres de forma organizada serão capazes de realizar a sua própria actividade de advocacia às instituições superiores”<sup>24</sup>.

Kanji et al. e Alves, não obstante defenderem a ideia positiva de *empowerment*, advocacia, concluem dizendo que qualquer ONG, o caso da Action Aid, ao implementar este tipo de actividade é vista como catalizadora de intervenção micro política.

A necessidade da AA de capacitar (*empowerment*) as comunidades está ligada ao facto de os beneficiários de projectos por si implementados sejam sustentáveis.

Finalmente, a questão teórica de “género”, segundo Scott como uma categoria de análise foi sistematizada e defendida no final do século XX pelo movimento feminista americano que a definiu como um conjunto de relações socialmente construídas entre homens e mulheres<sup>25</sup>. Ainda para Scott, género significa as relações de poder<sup>26</sup>.

Neste trabalho definimos “género” como relação de poder que se estabelece entre as pessoas<sup>27</sup>.

As análises de Sott em relação a género, refere que este (género) implica elementos relacionados entre si, como por exemplo, mercado de trabalho e educação. Neste aspecto de mercado de trabalho, ou seja, o género ser construído na economia, Benigna Zimba, refere que em Moçambique, particularmente no sul do país, no qual Marracuene é integrante, as relações entre homem-mulher já se verificavam desde os séculos XVIII e XIX na medida em que a mulher participava em várias actividades económicas (na agricultura e no comércio) cujo seu

---

<sup>24</sup> Nazeen Kanji et al. *Promoção dos relativos à terra em África: que diferenças fazem as ONG's?* Londres: International Institute for Environment and Development, 2002 .p.38.

<sup>25</sup> Joan Scott. *Género: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1989. p.13.



papel foi importante, embora considerado invisível visto que actividades similares estavam reservadas para os homens<sup>28</sup>.

Se a ideia da subalternização das mulheres persistir, negando-se-lhes a igualdade de direitos em relação aos homens, estaremos longe de erradicar a pobreza. Usando as palavras de Rachael Waterhouse e Carin Vijfhuizen ao sustentarem o bem-estar social e equidade nos termos seguintes “quando as mulheres tiverem terra e segurança de posse sobre terra, elas serão capazes de satisfazer as suas próprias necessidades nutricionais e as das suas famílias, factor que constitui um dos elementos no combate à pobreza”<sup>29</sup>.

Os argumentos destas autoras vão de acordo com os objectivos da Action Aid no concernente ao programa de “género e desenvolvimento”, na medida em que esta Organização procura combater as causas de desigualdade de género, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres e os homens<sup>30</sup>.

Terminada a análise das teorias que se enquadram com as actividades da AA no combate à pobreza, urge apresentarmos os conceitos-chave como: (i) “ONG”, (ii) “desenvolvimento humano”; (iii) “estratégia”; (iv) “empowerment”; (v) “participação comunitária” para a compreensão do trabalho. Nestes termos, vamos definir, em primeiro lugar, o conceito de “ONG”.

A definição do conceito “ONG” tem sido difícil visto que o mesmo tem sido aplicado para organizações ou associações de carácter humanitário, económico, académico, religioso, cultural, entre outras. Segundo Ana P. Monteiro e Alexandrino José citando Victória Ginja

---

<sup>26</sup> Scott. *Género...* p.14.

<sup>27</sup> Scott. *Género...* p.19.

<sup>28</sup> Benigna Zimba. *Mulheres invisíveis: o género e as políticas comerciais no sul de Moçambique, 1720-1830*. Maputo: Promédia, 2003. p. 46-50, 119-130.

<sup>29</sup> Rachael Waterhouse; Carin Vijfhuizen (Coord.). *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*. Maputo: UEM e Action Aid Moçambique, 2001. p.24-25.

referem que “não existe actualmente uma terminologia comum que possa descrever com exactidão o que se entende por ONG’s . Este conceito é muito genérico, podendo ser aplicado a organizações religiosas, associações profissionais, instituições de pesquisa entre outras”<sup>31</sup>.

Finalmente, para o presente trabalho, definimos “ONG” como organizações de carácter voluntário, independente, não lucrativa que desenvolve acções de apoio multiforme para o bem-estar humano.

Até os anos 70 “desenvolvimento” era visto apenas como sinónimo de crescimento económico, medido através de indicadores macro económicos, como o Produto Nacional Bruto (PNB). A partir da década de 1980, esta visão economicista de “desenvolvimento” sofreu muitas críticas porque “era estranho falar em desenvolvimento se, durante um período prolongado de crescimento económico, a pobreza, desemprego e as disparidades tivessem piorado”<sup>32</sup>. Como resultado destas críticas, emerge o conceito “desenvolvimento humano” baseado na educação, na saúde, no rendimento *per capita*, nas aspirações individuais de segurança, justiça, participação e liberdade<sup>33</sup>.

Das ideias acima expostas, o “desenvolvimento humano” é entendido como as escolhas que as pessoas têm, principalmente acesso a educação, saúde, agricultura, alimentação básica, água potável e um rendimento considerável. Assim, as pessoas são material e espiritualmente ricas.

---

<sup>30</sup> Action Aid Moçambique. *Género e desenvolvimento*, 1999.

<sup>31</sup> Monteiro; José (Org.). *ONG's...* p.69.

<sup>32</sup> PNUD, Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2000... p.8-9.

<sup>33</sup> PNUD. Relatório...p.9.

O conceito "empowerment" ou empoderamento, em português, define-se como processo de tomada de poder ou mecanismo de acesso ao mesmo permitindo aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania<sup>34</sup>.

A Action Aid ao empregar os conceitos *empowerment e advocacia* nos projectos de defesa de direitos humanos tem como objectivo: (i) capacitar as comunidades para que estas possam intervir ou participar nas instituições superiores no momento de tomada de decisões sobre as políticas fiscais, dívida interna e externa do País e sobre os Programas de Ajustamento Estrutural; (ii) sensibilizar as comunidades no uso e aproveitamento racional dos recursos internos e externos de modo que estas não sejam dependentes da ajuda externa; (iii) disseminar as leis vigentes no País e capacitar as comunidades para que exijam ao Governo para a provisão de serviços sociais; ainda a *advocacia* é importante para AA na disseminação de matéria relacionada com HIV/SIDA.

O conceito "estratégia" é mais usado na perspectiva política. Norberto Bobbio (1996) entende que a "estratégia" é uma técnica utilizada para alcançar um objectivo individual ou colectivo, privado ou público<sup>35</sup>. A relevância deste conceito para o presente trabalho reside no facto de a Action Aid recorrer a mecanismos ou técnicas diversas no combate à pobreza, como por exemplo, a provisão de serviços.

O conceito "participação comunitária" tornou-se nos últimos anos num conceito de grande domínio nos debates de académicos e actores sociais nos projectos de desenvolvimento das zonas rurais. Por um lado, os académicos procuram defini-lo segundo a realidade de cada

---

<sup>34</sup>Celmira Silva. "A interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais: um imperativo na cooperação para o desenvolvimento em África". In Benigna Zimba; José P. Castiano (Coords.). *As Ciências Sociais na luta contra a pobreza em Moçambique*. Maputo: FILSOM Entertainment, 2005. p.101. Friedmann, John. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Lisboa: Celta Editora, 1996. p.32-33.

<sup>35</sup>Norberto Bobbio. *Dicionário de política*. 7ed. Brasília, 1996.

contexto e, por outro, os actores sociais, neste caso, as ONG's, procuram envolver a população local na execução dos seus projectos de modo a terem êxitos.

No presente trabalho definimos "participação comunitária" como um processo pelo qual os membros das comunidades participam de uma forma organizada na identificação e análise dos seus problemas, buscando soluções e alternativas através de cooperação e apoio dado pelo cooperante estrangeiro na mobilização de recursos para a realização de acções de desenvolvimento<sup>36</sup>. A definição deste conceito vai de acordo com os objectivos da Associação dos Naturais e Amigos de Marracuene (ANAMAR) na medida em que esta procura coordenar com o Governo e ONG's, Action Aid, na identificação dos problemas que entram o desenvolvimento do distrito.

Ao fazermos a análise das causas e estratégias de combate à pobreza neste estudo, interessa-nos saber: (i) que estratégias o Governo implementa para a redução da pobreza, uma vez que este adopta políticas de reajustamento económico que se vem traduzindo no custo de vida? Os estudos como os de Reginald Green (1989); Joseph Hanlon (1997); Anastácio Massango (2005); Luís Artur (2005); Manuel Macia (2005); Catarina M.T. Cruz (2003) revelam que a principal causa da pobreza em Moçambique é a implementação de programas de desenvolvimento que se não adequam a realidade do País. Como refere Catarina M.T. Cruz:

Em 1988, começa a ser implementado o primeiro Programa de Reabilitação Económica (PRE), com o qual se pretendeu fazer a transição do sistema de planificação centralizada para a economia de mercado. O impacto deste programa e dos que lhe seguiram foi desastroso nas áreas da saúde, educação, produção do caju e do algodão. A economia de mercado não era acompanhada de salários de mercados o que aumentou no fosso entre a minoria rica e a maioria pobre<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> Salim C. Valá. *Os imperativos da participação comunitária no desenvolvimento rural*. Maputo: UEM-FLCS, 1998. p.18. Momad Luis. *Participação da comunidade na gestão de recursos naturais na Ilha de Quilua no distrito de Angoche, província de Nampula*. Tese de licenciatura em Geografia apresentada a UEM. Maputo, 1998. p.31.

Ainda segundo Cruz, a mudança de política económica em Moçambique está directamente ligada à globalização económica à escala mundial. No que diz respeito à globalização, a mesma autora citando Joseph Stiglitz faz análises das vantagens e desvantagens da globalização, em particular a globalização da economia.

Sem se mostrar contra ou a favor dos programas governamentais de combate à pobreza, Mazula considera que a pobreza no País está relacionada com a falta de valores humanos que se traduzem na falta de pensar diferente e na falta de ética<sup>38</sup>. O autor traz a hipótese de que é possível a sociedade moçambicana sair da pobreza desde que ela caminhe no equilíbrio entre a ciência, tecnologia, justiça e religião e assumam a sério uma educação sistemática da juventude nos valores éticos.

(ii) será que os programas das ONG's dos Países Desenvolvidos são compatíveis com os traçados pelos Governos e comunidades dos Países em Desenvolvimento?

Para respondermos a esta questão, recorremos a Alves (1996), Chris Alden (2001), Malcolm F. McPherson (2002), Agenda 2025 (2003), RDH 2005 do PNUD (2005) que analisam a ajuda externa em duas perspectivas: Por um lado, a ajuda externa é percebida como uma forma negativa visto que constitui mais um factor que perpetua uma relação de dominação do mundo em desenvolvimento pelos países desenvolvidos. Na mesma linha de pensamento, James Shikwati, considera que a ajuda internacional dificulta o desenvolvimento do continente, como por exemplo: "o envio de toneladas de alimentos atrapalha produtores locais. Eles param de produzir o pouco que têm, porque são incapazes de competir com os alimentos distribuídos gratuitamente à população. Assim, criam-se novas famílias pobres que passam a depender da

---

<sup>37</sup> Catarina Maria T. Cruz. *Desenvolvimento humano e a natureza: uma contribuição para a sua articulação harmónica em Moçambique, caso de estudo Marracuene, Província de Maputo*. Tese de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano. Porto: Universidade do Porto, 2003. p.62.

<sup>38</sup> Mazula. *Ética, educação...*p.1.

ajuda internacional”<sup>39</sup>. E por outro lado, a ajuda externa é entendida como uma das armas mais eficazes na guerra contra a pobreza, quando os governos receptores adoptam políticas apropriadas orientadas para o crescimento. Além disso, o RDH 2005, defende que a ajuda, externa, deve ser encarada como um investimento e não como uma despesa. Nestes termos, a ajuda deve ser vista como aquela que vai dar prosperidade partilhada, permitindo que as pessoas e os países pobres ultrapassem as barreiras da saúde, educação e recursos económicos que os mantêm na pobreza<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Diogo Schel. “A ajuda atrapa África”. In Revista *mais*. Nr. 17, Outubro 2005.p.11.

<sup>40</sup> RDH 2005. p.7; 75-76.

## Capítulo 3. A Action Aid no combate à pobreza em Marracuene

### 3.1. Perfil do distrito de Marracuene: caracterização física e sócio-económica

A descrição física e sócio-económica de Marracuene, presente neste sub capítulo, tem por objectivo elucidar os debates de desenvolvimento da AA no combate à pobreza como também, o discurso do Governo que, no combate à mesma considera o distrito como pólo de desenvolvimento<sup>41</sup>.

O distrito de Marracuene localiza-se no Sul do País, no Centro da Província de Maputo, a 30 Km da Cidade do mesmo nome. Situa-se ao longo da Estrada Nacional Nº1 (EN1), e tem como limites: Norte, distrito de Manhiça; Sul, cidade Maputo; Oeste, distrito da Moamba e Matola e a Este, Oceano Índico (vide o mapa do distrito no anexo)<sup>42</sup>. Tem de superfície total 666 Km<sup>2</sup> e uma população que se estima em 46 000 habitantes dos quais grande parte praticam a agricultura de substância e sem condições de prover o seu sustento devido as consequências do conflito armado.

O distrito tem dois postos administrativos: Machubo e Marracuene-sede. O posto administrativo de Machubo é constituído por localidades de Macandza e Tawala; e o posto administrativo de Marracuene-sede tem como localidades: Nhongonhane, Michafutene e Marracuene<sup>43</sup>.

<sup>41</sup> G20 RAP-Maputo 2005.p.II.

<sup>42</sup>Guilherme João B. Mbilana. *Posicionamento dos chefes tradicionais e o comportamento da sua autoridade perante o poder político central no distrito de Marracuene*. Tese de licenciatura em História apresentada a UEM. Maputo, 1997. p.12. Para o aprofundamento de diferentes versões sobre a origem da palavra "Marracuene" vide Cruz. *Desenvolvimento humano e a natureza...*p.129 e Maria A.F.Chavry. *População e degradação dos recursos florestais em Marracuene*. Tese de licenciatura em Geografia. Maputo: UEM-FLCS, 1998. p.26-27, ao referirem que vivia nesta região um indivíduo considerado pescador para uns e para outros proprietários de embarcações de passageiros entre o Continente e a Macaneta, que trabalhava para o chefe local *hosi*. O mesmo indivíduo era opulento e com nádegas grandes. O tamanho anormal das nádegas do tal indivíduo levou a que este passasse a constituir ponto de referência para a localização da região. É também no distrito de Marracuene que se dá as festividades anuais do *Gwaza Muthini*, comemorado no dia 2 de Fevereiro de cada ano, desde 1995, aquando do centenário da batalha de Marracuene.

<sup>43</sup> ACNUR e PNUD: *Perfil de Desenvolvimento Distrital de Marracuene 1997*. p.3. Cruz.. p.104. República de Moçambique: *Directório Comercial de Moçambique 2006*. Maputo: Directório Comercial de Moçambique, 2006.

Dos oito distritos que constituem a Província de Maputo, com um clima predominantemente pouco chuvoso e quente e duas estações durante o ano, o distrito de Marracuene tem um clima tropical húmido e chuvoso facto que permite com que o caudal do rio Incomati tenha água ao longo do ano, embora de forma muito variável (secas e inundações). Este factor natural possibilita com que a população de Marracuene pratique a pesca e agricultura<sup>44</sup>.

No que tange à actividade económica, a principal actividade é agricultura, que envolve a maioria das famílias locais.

Segundo as fontes da Administração, o milho, o arroz, a mandioca, a batata-doce, o amendoim, o *feijão-nhemba* e as hortícolas constituem culturas alimentares básicas mais importantes para o sector familiar. Mas entre estas culturas, o milho é a cultura mais frequente, seguindo-se a mandioca. Acrescentaram os nossos entrevistados que as culturas mais comercializadas são a mandioca, a batata-doce, as hortícolas, a banana<sup>45</sup>.

Apesar do distrito representar uma potencialidade agrícola, o sector agrícola familiar e comercial caracteriza-se pela baixa produtividade visto que há carência de sementes, de sistemas de rega, há ocorrência de pragas e há alternância de períodos de cheias e secas. A par da agricultura pratica-se a pecuária em que são criados animais como o cabrito, o boi, importantes para o consumo e comercialização; o último é utilizado para a agricultura como animal de tracção.

Em termos de infra-estruturas sociais, segundo o *perfil de desenvolvimento do distrito de Marracuene de 1997*, aponta que o distrito apresentava um (1) Centro de Saúde e sete (7) Postos

---

p.77-78. Os escritórios da AA funcionam em Marracuene-sede e os seus projectos são implementados na localidade de Nhongonhane.

<sup>44</sup> República de Moçambique. *Relatório Anual de Pobreza de Província de Maputo 2005...* p. II.

<sup>45</sup> Entrevista colectiva com camponeses, efectuada na localidade de Nhongonhane, 13 de Abril de 2006.



de Saúde; não tinha Hospital Rural. No sector de educação, o distrito possuía uma (1) Escola Secundária localizada na vila de Marracuene<sup>46</sup>.

Quanto a outras infra-estruturas básicas, tais como fontanários, transporte e comunicações, o mesmo perfil refere que, elas faziam muita falta, pois a população percorria longos quilómetros para ter acesso à água potável.

Através do perfil de desenvolvimento do distrito de Marracuene de 1997, percebe-se que o distrito apresentava um baixo Índice de Desenvolvimento Humano, pois, por um lado, até aquele ano de 1997, o distrito não possuía nenhum hospital rural senão apenas um centro de saúde, localizado na Vila de Marracuene, isto na sede. O distrito possuía apenas uma escola secundária frequentada por 808 alunos, assistidos por 19 professores; havia problemas de abastecimento de água para a população; por outro lado, a população usava técnicas rudimentares na agricultura, no âmbito do melhoramento da terra.

Relativamente à pecuária, poucas ou nenhuma família possuía gado bovino ou caprino. A pesca era o sector descrito que trazia mais rendimentos para as famílias camponesas.

Além disso, pudemos observar *in loco* o problema de desflorestamento e de erosão de solos, como também a destruição de quase todas as infra-estruturas comerciais e industriais durante o conflito armado, encontrando-se, actualmente, encerradas.

### **3.2. Breve historial da Action Aid**

A Action Aid é uma ONG britânica criada em 1977, por um grupo de pessoas profissionais cujo objectivo no princípio era apoiar as crianças. Actualmente a AA trabalha em quarenta (40) países distribuídos pela América Latina, Europa, Ásia e África<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> Cf. Directório Comercial de Moçambique 2006, p.78. Actualmente Marracuene “ em termos de infra-estruturas, o distrito tem 4 centros de saúde, 11 postos de saúde. 1 escola secundária, 3 escolas primária do segundo grau e 29

De um modo geral e consensual, as ONG's surgem da herança do trabalho de caridade ou filantrópico que floresceu nos países industrializados no século XIX. Tais trabalhos conduziram à formação de grupos, associações (associação de comerciantes, letrados) e organizações voluntários compostos por médias e altas classes, cujo objectivo era assegurar o alívio e bem-estar dos pobres<sup>48</sup>. É neste contexto que surgem as ONG's, que nos últimos sessenta anos se tornaram novos impulsionadores de cooperação para o desenvolvimento. Ou melhor, as ONG's trabalham em áreas que abrangem todo o espectro das necessidades e realizações humanas: saúde, educação, desenvolvimento rural e urbano, questões sobre meio ambiente, paz e direitos humanos.

Em Moçambique, as ONG's aparecem movidas por duas razões fundamentais: a primeira está ligada à crise da economia moçambicana que se verificou aquando da crise económica mundial na década de 70/80. A segunda deveu-se aos apelos feitos pelo Governo de Moçambique, a partir de 1984 à comunidade internacional, devido à seca que assolou o País<sup>49</sup>. Foi a partir deste drama social e económico que se verificava em Moçambique que a AA opera no País a partir de 1988 no âmbito da emergência, no decorrer do conflito armado, nalguns distritos costeiros na Província da Zambézia.

Os trabalhos da AA, neste período 1988 até ao fim do conflito armado e finalmente 2004, consistiam na provisão de serviços (construção de infra-estruturas, distribuição de insumos agrícolas, formação de professores e parteiras tradicionais). Com o fim do conflito armado a AA, como outras ONG's, mudou de actividades de emergência para desenvolvimento

---

escolas primárias do primeiro grau''.

<sup>47</sup> Action Aid Moçambique. *Plano estratégico 2005-2010, Juntos combatendo a pobreza*. Miguel Ouana; Joaquim Matavele. *Biocnologia e segurança alimentar em Moçambique*. Maputo: Action Aid Moçambique, 2003. p.13.

<sup>48</sup> Colin Ball; Leith Dunn. *ONG's: Directrizes para uma boa política e prática*. Londres: Fundação Commonwealth, 1997. p.13.

e actualmente, isto é, desde 2005, a Organização empenha-se na defesa dos direitos humanos, principalmente da mulher, das crianças e dos mais desfavorecidos<sup>50</sup>.

### 3.3. A concepção de pobreza e de desenvolvimento da Action Aid

Em relação ao conceito “pobreza”, a Action Aid considera que este fenómeno da pobreza não pode ser visto apenas como a falta de bens públicos, mas também como falta da ética em geral, ou seja, a falta de dignidade, equidade e defesa dos direitos das pessoas. Sobre o fenómeno “pobreza”, o director de Programas da AA, referiu-nos que “a AA acredita que a pobreza é causada pela injustiça, falta de direitos, igualdade”<sup>51</sup>.

Ainda na perspectiva do conceito de “pobreza”, Friedmann sublinha que a pobreza é uma forma social, política e psicológica de *disempowerment*, isto é, a falta de poder para aceder à participação plena nos espaços da cidadania<sup>52</sup>. Uma das formas de minimizar a pobreza é potenciar as iniciativas dos indivíduos, famílias, comunidades e sectores socialmente excluídos, através de *empowerment*, advocacia: eis a razão dos actuais debates da AA.

O debate dos doadores e ONG’s sobre o conceito “desenvolvimento” consiste em dois paradigmas: *económico e organizacional e comportamental*. O primeiro, concebendo o “desenvolvimento” na mesma linha dos apologistas da modernização, defende que a pobreza se ultrapassa através de transferência de tecnologias e de capital; e o segundo que é *organizacional e*

---

<sup>49</sup> Piedade Macamo. *ONG's em Moçambique: Governo paralelo?* Tese de licenciatura apresentada a ISRI. Maputo, 1995. p.5-6.; Abrahamsson; Nilsson. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Padriku. CEEI-ISRI, 1994. p.108.

<sup>50</sup> Action Aid Moçambique: *Plano Estratégico 2005-2010*. Yussuf Adam; Humberto Coimbra. *Efeitos do PRES em Cabo Delgado*. CEP, 1997.p. VI.

<sup>51</sup> Conversa com dr. Eduardo Costa, director de Programas da AA Moçambique, Cidade de Maputo, Outubro 2005.

<sup>52</sup> Friedmann. *Empowerment...* p.51.

*comportamental* baseia-se numa visão mais política do processo procurando apoiar a autoderminação do mundo urbano e rural<sup>53</sup>.

Na óptica da Action Aid, o “desenvolvimento” significa não apenas a capacidade de produzir bens e serviços em quantidades suficientes e assegurar a sua distribuição à maioria das pessoas, mas também a capacidade de fazer opções com autonomia e dignidade própria de um ser humano. Define desta forma o “desenvolvimento” na medida em que procura como acabar com a pobreza através projecto de defesa dos direitos humanos além de projecto de provisão de serviços.<sup>54</sup>

Para nós, é importante que a AA execute projecto de provisão de serviços orientados para produzir resultados concretos dentro de um determinado período de tempo: tantos fontanários, tantos postos de saúde, tantas escolas. Obviamente, a percepção de combate à pobreza da população de Marracuene é execução de projecto provisão de serviços. Contudo, a problemática em que a AA se envolve é muito mais complexa do que eficaz execução que satisfaz as necessidades imediatas. Nesta fase a AA dá prioridade a *empowerment* de forma que os beneficiários de projectos por si implementados participem na vida social e económica do País e não estejam marginalizados como também, os projectos da Organização sejam sustentáveis.

No âmbito de provisão de serviços, a Action Aid envolve a população local. Esta acção é testemunhada por sr. Gabriel Manhiça, presidente da ANAMAR ao afirmar que: “a Action Aid na construção e reabilitação de escolas, hospitais e outras infra-estruturas básicas, recruta alguns trabalhadores daqui do Marracuene”<sup>55</sup>. Para Alves esta forma de envolver a população local nos projectos da Organização denomina-se por desenvolvimento participativo<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> Maria Inês P. Alves. *As ONG's na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC, 1996. p.51.

<sup>54</sup> Conversa com dr. Eduardo Costa, director de Programas de AA Moçambique, Maputo, Outubro de 2005

<sup>55</sup> Entrevista efectuada a 16 de Fevereiro de 2006, em Marracuene-sede.

### 3.4. A legalização e o funcionamento da Action Aid

As sociedades democráticas são caracterizadas por, entre outras coisas, concessão de direito e liberdade de associação aos seus cidadãos. O exercício desta liberdade produz uma grande variedade de organizações e associações que operam na sociedade civil. Estas incluem grupos políticos, organizações religiosas, sindicatos, associações comerciais, artísticas e outras. É no âmbito desta liberdade geral de associação proclamada por sociedade democrática que, as ONG's surgiram e operam<sup>57</sup>.

Em Moçambique, durante o período colonial e no pós-independência, até finais de década de 1980, o movimento associativo estava fortemente sob controle do Estado. Mas com a aprovação da nova Constituição da República, em Novembro de 1990, consagrou-se o direito à livre associação como um dos direitos individuais.

É neste contexto democrático que, em Moçambique, foi aprovada a Lei 8/91 de 18 de Julho para regular as ONG's nacionais. A referida Lei procurava, de certa forma, definir a natureza, o posicionamento, as regras de funcionamento, as isenções e outros benefícios que se julgavam apropriados para conceder às associações de utilidade pública<sup>58</sup>.

A identidade das ONG's nacionais está prevista no artigo 11 da Lei mencionada; e o artigo 17 da mesma Lei prevê não só a autorização de actividades das ONG's estrangeiras no País mediante requerimento destas ao Governo, como também estas não devem contrariar os princípios da ordem pública nacional. Neste caso, para implementar o que vem estabelecido no artigo 17 daquela Lei, o Conselho de Ministros, através do Decreto Nº 55/98 de 13 de Outubro, cria um quadro legal da actuação das ONG's estrangeiras no País.

---

<sup>56</sup> Alves *As ONG's...* p.52-54.

<sup>57</sup> Ball; Dunn. *ONG's...* p.44.

<sup>58</sup> Nelson J. Capaina *O papel das ONG's estrangeiras para o desenvolvimento rural: o caso da Action Aid Mozambique*. Tese de licenciatura em Administração Pública. Maputo: UEM-FLCS, 2002. p.22.

Assim, o Conselho de Ministros, através do Decreto acima mencionado, define ONG's como "pessoas colectivas de direito privado, de natureza não lucrativa, envolvidas em programas de emergência, de reabilitação ou desenvolvimento"<sup>59</sup> (vide o anexo).

No País, cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) a competência para autorizar o início das actividades das ONG's estrangeiras, tal como refere o Decreto N°55/98. Foi assim que, em 1999, a Action Aid foi autorizada a operar em Moçambique com o código EP/149/99 nos termos do Decreto supracitado<sup>60</sup> (vide o anexo).

Contudo, segundo Capaina, este decreto enferma de algumas lacunas pois, "com o Decreto esperava-se que o licenciamento das ONG's e suas actividades estariam garantidos o controle e a avaliação dessas actividades, bem como estaria assegurado o cumprimento das prioridades do Governo moçambicano". Mas isto não acontece porque o artigo 5, N° 2, alínea e) do mesmo Decreto "não determina o montante previsto para considerar à uma ONG como tendo capacidade e disponibilidade de recursos financeiros necessários para a realização de suas actividades no País".

Ainda o referido Decreto, enfermando de lacunas, no seu artigo 6, n°4, segundo período sublinha que "cabe aos governos provinciais a indicação do distrito ou do município de actuação da ONG e este os locais de desenvolvimento dos projectos". A respeito deste artigo, precisamente os seus últimos componentes, o Governo tem levantado duras críticas à ONG's estrangeiras ao pronunciar que muitas delas têm-se concentrado no mesmo distrito ou localidade. Isto é, num distrito ou numa localidade pode-se encontrar sete, dez ou mais Organizações a desenvolver actividades similares em detrimento de outras regiões necessitadas.

---

<sup>59</sup> República de Moçambique. Decreto n° 55/98, que define a actuação das ONG's estrangeiras no País. In: *Boletim da República*, n°40, série I, 13 de Outubro de 1998. Maputo: Imprensa Nacional, 1998.

Como se pode observar, o Governo é que se encarrega a indicar o local em que a ONG estrangeira deve trabalhar. Mas é este mesmo Governo que se pronuncia contra concentração de muitas Organizações no mesmo local com actividades similares.

### **3.5. Relações entre a Action Aid, Governo, financiadores, outras ONG's e a comunidade**

As relações de cooperação ONG-Governo são complexas e variam de País para País. Em muitos casos, as ONG's têm tido impacto nos governos através de modelos de novos programas de desenvolvimento sócio-económico até mesmo de governação, propondo reformas políticas em vigor e alertando para a necessidade de novas políticas<sup>61</sup>.

A Action Aid em Moçambique não foge à regra pois, apoia o Governo (central até distrital e a nível das comunidades) na disseminação de programas e estratégias de combate ao HIV/SIDA, de leis ligadas contra a violência a criança na e divulgação dos direitos da mulher e da criança; implementação de leis que reforçam a boa governação para o benefício dos pobres; apoia e promove políticas e práticas que asseguram a participação de mulheres e crianças no processo e posição de tomada de decisões<sup>62</sup>.

Como nos referimos anteriormente, a AA foi autorizada pelo MINEC a operar no País com o código EP/149/99 nos termos do Decreto Nº 55/98. Na prática, o relacionamento AA com o Governo Moçambicano efectua-se através do respeito mútuo e na complementaridade. Neste último aspecto, AA tem um papel importante na realização de actividades nas áreas social

---

<sup>60</sup> A Action Aid opera em Moçambique desde 1988, a sua legalização no País foi em 1999 pois, o ano de 1998, o Conselho de Ministros através do Decreto 55/98 cria o quadro legal da definição e actuação das ONG's estrangeiras.

<sup>61</sup> Macamo. *ONG's em Moçambique*... p.10.

<sup>62</sup> Action Aid. *Plano estratégico 2005-2010, Juntos combatendo a pobreza*.

e económica em que o Governo se mostra incapaz ou indisponível de o fazer, bem como na organização da sociedade ao nível das comunidades rurais de modo a que estas possam pressionar o Governo para prover os bens públicos.

Por todas estas razões, a existência de uma ONG constitui um contributo para o desenvolvimento do País, como sustenta Jequessene M. Alcolete:

O aparecimento destas organizações constitui um marco importante para os países do Sul uma vez que estas vem propondo substanciais alterações nas estratégias de desenvolvimento, orientando-os no sentido do fortalecimento institucional das organizações e das organizações de base no desenvolvimento da democracia e reforço da sociedade civil, por forma que os países pobres possam assumir a responsabilidade que lhes cabe na gestão dos programas sociais e económicos numa perspectiva endógena, sustentável e integrada<sup>63</sup>.

Em relação aos financiadores e parceiros, a Action Aid tem recebido financiamentos do Governo britânico através do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), que financiou o *Programa Stepping Stones*, ou seja, Programa Pedras para Caminhar; Fundação Elton John AIDS; UNICEF; da Itália; da Espanha através da *Ayuda en Accion* e *Azione Aiuto*, da Grã-Bretanha, onde se localiza a sede da Organização<sup>64</sup>. Em Moçambique, a sede da Action Aid está situada na Cidade de Maputo, lugar a partir do qual são elaborados relatórios anuais que depois são enviados para Londres e outros financiadores.

Ao nível do distrito de Marracuene, a Action Aid tem-se relacionado com outras Organizações estrangeiras e locais, como por exemplo, a ADRA, ANAMAR, Associação de Camponeses de Nhongonhane, respectivamente. O tipo de relacionamento que existe entre a Action Aid e a comunidade de Marracuene é de implementador-beneficiário e, nalgumas vezes, financiador-beneficiário. A Action Aid assume o papel de implementador na medida em que

---

<sup>63</sup> Jequessene M. Alcolete. *Influência das ONG's na coabitação entre os órgãos locais de Estado e os órgãos de poder local—Milange, 1998-2002*. Tese de licenciatura em Administração Pública. Maputo: UEM-FLCS, 2003. p.27.



executa os seus próprios projectos directamente aos beneficiários sem muita intervenção dos terceiros.

Ainda no âmbito do relacionamento entre a comunidade e a AA, esta tem tido, dentre várias ONG's estrangeiras ou nacionais que operam no distrito de Marracuene, um grande impacto. Tal facto, segundo alguns dos nossos entrevistados, prende-se com a participação de alguns membros da comunidade na tomada de decisões da própria AA e nas palestras por si organizadas. Acrescentaram, os nossos entrevistados, que a actuação daquela Organização é qualitativa e promissora, visto que alguns membros da comunidade se têm envolvidos na prestação de serviços públicos como a construção e/ou reabilitação de escolas, postos de saúde.

Porém, outros nossos entrevistados mostraram-se cepticos em relação a algumas ONG's estrangeiras que ali operaram e operam, no concernente ao financiamento de projectos para o distrito, referindo que:

O orçamento de um projecto inclui um salário muito elevado para o técnico estrangeiro da Organização, o que muitas vezes implica a supressão de alguns bens previstos no projecto. Por exemplo, o projecto prevê dez (10) fontanários, o custo pela sua montagem acaba sendo muito elevado por causa do salário do técnico estrangeiro. Portanto, estes técnicos, em última análise, acabam levando o dinheiro de volta ao País financiador<sup>65</sup>.

O depoimento dos nossos entrevistados é partilhado com os argumentos de Celmira Silva ao citar Alan Walters, dispensando a presença dos peritos para outras actividades visto que se gasta muito dinheiro no pagamento de funcionários e assistentes técnicos, para além de usar tais montantes para envolver a população nas actividades preconizadas nos projectos<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> Action Aid. *Alps: Sistema de Responsabilidade, Aprendizagem e Planificação*. Junho de 2000. Action Aid Mozambique. Educação e VIH/SIDA: Manual com programas de prevenção contra VHI/SIDA. <http://www.google.com.br>. (21 de Agosto de 2006).

<sup>65</sup> Entrevista colectiva (camponeses, carpinteiros, pequenos comerciantes), efectuada em Marracuene-sede e na localidade de Nhongonhane, 16 de Fevereiro de 2006

<sup>66</sup> Silva "A interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais: um imperativo na cooperação para o desenvolvimento em África"... p.108.

### 3.6. As actividades de provisão de serviços da Action Aid em Marracuene, 1995-2004

O Governo de Moçambique, reconhecendo a partir dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), e não só, da situação sócio-económica de Marracuene, permitiu que as instituições humanitárias operassem naquele distrito. É neste âmbito que a AA instala-se no distrito de Marracuene em 1995<sup>67</sup>. Aquela ONG britânica ao instalar-se naquele distrito tinha como objectivo reabilitar o tecido social devastado pelo conflito acima mencionado.

Após a chegada da AA no distrito, a Organização percebeu que a resolução dos problemas básicos daquela população passava necessariamente pela provisão de serviços. Neste contexto, construiu e reabilitou escolas, hospitais, montou bombas de água, distribuiu insumos agrícolas e gado bovino e caprino à população<sup>68</sup>.

Desde então, a Action Aid construiu dez (10) escolas primárias do primeiro grau (EP1), transformadas em Escolas Primárias Completas (EPC) dentro da reforma curricular do Ministério da Educação e Cultura, três (3) postos de saúde, montou um número não quantificado de bombas de água, distribuiu insumos agrícolas à comunidades através de feiras agrícolas, fez fomento pecuário que consistiu na distribuição de gado bovino e caprino à famílias pobres.

A partir do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), a Action Aid conseguiu identificar insuficiências de bens e famílias pobres da localidade de Nhongonhane. Porém, verificou-se alguma anomalia no concernente à monitoria no momento de distribuição destes bens. Como

---

<sup>67</sup> Embora se faça referência de que se AA instalou no distrito de Marracuene a partir de 1995, ela começou a desenvolver as suas actividades de facto em 1997, isto é, 1995, foi o ano de levantamento de informações do distrito de Marracuene, quer dizer, Diagnóstico Rural Participativo (DRP), no qual esteve o actual director da AA Moçambique, Roberto Luís. Informação recolhida nos escritórios da AA em Marracuene, 6 e 13 de Abril de 2006.

por exemplo, no projecto de fomento pecuário do ano 2000, na Aldeia Samora Machel, as famílias beneficiárias do gado bovino ou caprino, depois da sua reprodução, deveriam entregar a outras famílias, segundo o previsto no projecto. Porém, não acontecia como estava previsto, porque as famílias beneficiárias apenas entregavam os bois e/ou os cabritos aos seus familiares mais próximos que muitas vezes não necessitavam dos animais. Quer dizer, a distribuição tanto do gado bovino como caprino, circunscrevia-se entre as famílias mais próximas prejudicando as necessidades.

Isto leva a crer que a monitoria do projecto por parte da Organização não foi eficiente, como argumenta o nosso entrevistado:

A Action Aid trabalha muito bem lá na minha aldeia, Samora Machel. No ano 2000, beneficiamos do projecto fomento pecuário, ou seja, fomos destruídos bois e cabritos. Mas esta distribuição não foi bem clara porque as famílias beneficiárias de dois bois dois ou quatro cabritos depois destes reproduzirem deveriam entregar a outra família e assim sucessivamente. Porém, estas famílias não o faziam, devam-nos as suas famílias mais próximas<sup>69</sup>.

A Action Aid ao fazer distribuição destes animais tinha como objectivo aumentar a produção e a produtividade agrícola e o nível nutricional das comunidades de Marracuene. No entanto, a pesar da AA intervir nas actividades agrícolas (segurança alimentar) com vista a combater a fome, Marracuene sofre de uma fome cíclica, como referiu sr. Rufino<sup>70</sup>.

Quanto à sustentabilidade do projecto de provisão de serviços, a comunidade beneficiária, a de Nhonganhane, criou comités locais para gerir, controlar e manter os bens doados pela Action Aid de modo que servissem para os outros.

---

<sup>68</sup> Figueredo Lhongo, oficial de Projecto HIV/SIDA da AA. Entrevista realizada nos escritórios da AA em Marracuene-sede, 06 de Abril de 2006. Sr. Faqira, chefe da localidade de Nhonganhane. Entrevista realizada em Nhonganhane, 13 de Abril de 2006.

<sup>69</sup> Armando Zandamela, secretário-adjunto da Aldeia Samora Machel. Entrevista realizada na localidade de Nhonganhane, 13 de Abril de 2006.

<sup>70</sup> Rufino, fotógrafo de profissão. Entrevista realizada em Marracuene, Abril de 2006.

No caso de sustento do repovoamento pecuário, o comité local apoiado e coordenado pela Action Aid, abriu uma conta bancária cuja manutenção dependia das quotas provenientes dos membros da Associação de Camponeses de Nhongonhane. O dinheiro depositado servia para a compra de novo gado para reposição do que tiver perecido.

Ora, o distrito de Marracuene, beneficiário do projecto, viu crescer as suas infra-estruturas em número relativamente significativo. A população local percorre menos quilómetros para ter acesso de um posto de saúde, um estabelecimento de ensino e um fontanário. Aumentou ainda o rendimento da população, pois esta passou a praticar uma agricultura relativamente mecanizada da qual resultam colheitas satisfatórias, aumentando deste modo as trocas comerciais.

Embora a participação da AA no distrito de Marracuene no combate à pobreza tenha tido resultados significativos na melhoria de condições de vida da população daquele distrito, o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é misto<sup>71</sup>. Tal constatação é confirmada por sr. Gabriel Manhiça ao afirmar que:

Há desenvolvimento no distrito, mas não é naquilo que se pretende, porque ainda se verifica vários problemas ligados à educação. O distrito não possui o segundo ciclo, ou seja, 11ª e 12ª classes, o que faz com que os alunos que frequentam aquelas classes percorram 30 Km, daqui a cidade de Maputo. Em termos da saúde, verifica-se quase o mesmo. Embora com a intervenção da Action Aid o número de postos de saúde tenha aumentado, os mesmos deparam-se com a falta de pessoal técnico, como médicos e enfermeiros<sup>72</sup>.

Contudo, Alves fazendo uma observação sobre os projectos de provisão de serviços que as ONG's desenvolvem no âmbito de combate à pobreza, refere que uma dada ONG cujo objectivo é a satisfação de necessidades locais imediatas das populações, esta Organização não

<sup>71</sup> Cf. PNUD. *Moçambique—paz e crescimento...*p.8, ao explicar que o IDH é composto por três componentes básicos do desenvolvimento humano: longevidade (= ter uma vida mais longa e saudável), conhecimento (=ser instruído) e padrão de vida adequada (=gozar dum nível de vida adequado).

<sup>72</sup> Gabriel Manhiça, presidente da ANAMAR. Entrevista realizada em Marracuene-sede, 16 de Fevereiro de 2006.

estaria a promover o desenvolvimento, pois os beneficiários de tal projecto ficam permanentemente dependentes das doações<sup>73</sup>.

As observações de Alves circunscrevem-se na teoria de “modernização” a qual defende, de forma resumida, melhores condições de vida; procuram de certa forma que o desenvolvimento seja sustentável, quer dizer, os hospitais, as escolas construídas pela AA não comprometam a possibilidade das gerações vindouras também satisfazerem as suas necessidades e ansiedades.

Então, a Action Aid apercebeu de que a continuidade do projecto provisão de serviços no entanto, não estava a combater a pobreza. Em 2005, traçou um novo plano estratégico que dá continuidade e aprofunda as estratégias de combate à pobreza através da promoção e defesa dos direitos das pessoas com vista a acabar com a pobreza.

### **3.7. A nova visão da Action Aid no combate à pobreza em Marracuene, desde 2005**

A nova estratégia da Action Aid no combate à pobreza assenta precisamente em *empowerment*, advocacia, equidade de género e defesa dos direitos das pessoas marginalizadas.

Esta nova visão da AA no combate à pobreza insere-se no Plano Estratégico 2005-2010 em que se define que o combate à pobreza não consiste apenas na provisão de serviços mas também no respeito pelos direitos humanos.

Através deste novo projecto, defesa dos direitos humanos, a Action Aid pretende capacitar, formar e sensibilizar a comunidade de Marracuene no uso e aproveitamento de

---

<sup>73</sup> Alves, *op.cit.* p.47-51.

recursos internos e externos de forma racional como forma de diminuir a dependência da ajuda internacional; sensibilizar a comunidade de modo a exigir ao Governo a prestação de contas.

A Action Aid justifica a transição de projecto provisão de serviços para a defesa dos direitos humanos nos seguintes termos:

os serviços que a Action Aid presta, como qualquer outra ONG, são da responsabilidade do Governo. A Action Aid entende que o Governo é o provedor de bens públicos. Por isso, a Organização tem actualmente a missão de capacitar as comunidades de modo que estas exijam ao Governo os seus direitos<sup>74</sup>.

Mário Ribeiro considera que uma dada ONG que deixa de desenvolver projectos provisão de serviços e passa a praticar actividades de advocacia, *empowerment*, fá-lo com objectivo de se adequar às alterações da política internacional que se repercutem na sua própria sobrevivência financeira<sup>75</sup>.

O novo projecto de defesa dos direitos humanos da Organização que foi desenhado para um período de cinco anos (2005-2010), está a ser alvo de algum cepticismo por parte da comunidade beneficiária do mesmo. O receio que a comunidade tem em relação àquele projecto está associado à concepção que esta tem de “combate à pobreza”, que significa necessariamente a provisão de serviços. Tal concepção é secundada por um dos nossos entrevistados:

Nós, ainda necessitamos de escolas, pontecas, insumos agrícolas, bois, cabritos e postos de saúde que a Action Aid prestava e não a questão de capacitação e sensibilização que está a fazer<sup>76</sup>.

A relutância da comunidade em relação a este novo projecto deve-se por um lado, a concepção de que o combate à pobreza significa necessariamente a provisão de serviços e por outro lado, a insuficiência de bens públicos como por exemplo, hospitais, escolas, fontanários,

<sup>74</sup> Figueredo Lhongo, oficial de Projecto HIV/SIDA da AA. Entrevista realizada nos escritórios da AA em Marracuene-sede, 06 de Abril de 2006.

<sup>75</sup> Mário Ribeiro. *Parcerias Estado-ONG*. Lisboa: CIDAC, 1996. p.31-33.

<sup>76</sup> Sr. Faqira, chefe da localidade de Nhongonhane. Entrevista realizada em Nhongonhane, 13 de Abril de 2006.

no distrito de Marracuene, isto é, a população associa a provisão de serviços à esperança de melhoria das suas condições de vida. Além disso, esta relutância está ligada ao facto de, por exemplo, o *Programa Stepping Stones*, ou seja, Pedras para Caminhar, concernente ao HIV/SIDA, visa apenas dar informação do risco de infecção de HIV/SIDA e não prover medicamentos ao paciente.

Os estudos de Nazneen Kanji et al. mostram que a prestação de serviços públicos é importante e faz com que a ONG ganhe legitimidade. Contudo, se opta pela advocacia, sensibilização, corre o risco de ver aquela legitimidade enfraquecida porque esta mudança de actividades causa constrangimentos no seio da comunidade beneficiária, que ainda carece e necessita destes bens públicos<sup>77</sup>.

### **3.8. A participação comunitária nos projectos da Action Aid em Marracuene**

A participação comunitária constitui um suporte indispensável nos projectos de desenvolvimento levados a cabo por qualquer ONG. No distrito de Marracuene tem-se demonstrado que a participação das comunidades na tomada de decisões e no envolvimento nos projectos da Action Aid tem tido êxitos. Por exemplo, a sociedade civil participa no projecto *Educação para todos* da Action Aid, na disseminação da importância da educação no combate à pobreza, através de uso de bilingue (português e changana).

A Action Aid no seu Plano Estratégico 2005-2010 prevê o apoio a formação e capacitação da sociedade civil de modo que esta participe de forma activa no Movimento

---

<sup>77</sup> Kanji, et al. *Promoção dos direitos...* p.38.

Global Anti-Pobreza. Um dos nossos entrevistados referiu que se tem envolvido no projecto da Action Aid como membro da ANAMAR, associação que serve nalgumas vezes de porta-voz da comunidade na apresentação das suas preocupações àquela ONG.

A acção pela qual a Action Aid estimula e apoia a sociedade civil para que esta participe na promoção dos interesses dos grupos pobres e excluídos, é ideal e eficiente para garantir o envolvimento directo dos membros da comunidade na tomada de decisões sobre vários aspectos da mesma.

A participação da comunidade nos projectos da Action Aid trouxe benefícios não apenas sociais mas também económicos. Por exemplo, a construção de escolas, postos de saúde, fontenários, reabilitação de pequenas estradas e pontecas, exige muita mão-de-obra em que uma parte dela é recrutada localmente. Assim, os membros envolvidos no projecto passam a ganhar dinheiro. Outro exemplo, é a capacitação da mulher em matéria de rendimento agrícola e negócios que a Action Aid tem feito no distrito.

A capacitação da mulher nestas matérias de comércio agrícola e pescado tem a ver com a potencialidade agrícola local. Marracuene é potencialmente agro-pecuário e pesqueiro, donde o produto extraído é comercializado pelas mulheres ou *mamana* (língua local) no mercado localizado ao longo da estrada nacional número 1 (EN1) e nos mercados da cidade de Maputo.

A comercialização de produtos agrícolas (couve, tomate, massaroca, batata doce, cana-de-açúcar, alface, mandioca, banana) por mulheres é uma das formas de sobrevivência delas e das suas famílias e “faz com que estas mulheres deixem de actuar somente na esfera doméstica e, passem a ter acesso ao mercado informal e a entrarem no mundo de ‘negócio’, reservado tradicionalmente ao homem”<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> Lídia Furvela. *A comercialização do combustível lenhoso como estratégia de sobrevivência das mulheres: o caso de estudo do mercado Mucorrene da cidade de Maputo, 1992-2005*. Tese de licenciatura em História



A par da agricultura pratica-se a pesca artesanal, actividade económica que ocupa grande parte da população como também, serve de reforço da dieta alimentar. Nestas actividades, as mulheres (juntamente com os homens) desempenham um papel importante, como por exemplo, na venda do peixe nos mercados locais e na Cidade de Maputo. A agricultura, a pesca são actividades que contribuem para a obtenção de rendimentos e “que desmente a ideia de que as mulheres só (...) se limitam ao papel absoluto de ‘guardiãs de casa e dos filhos’”<sup>79</sup>.

Como se pode observar, a partilha equilibrar das actividades e das responsabilidades entre mulheres e homens permite uma melhoria de qualidade de vida da família. Neste caso, Scott ao tentar definir género como uma relação de poder que se estabelece entre as pessoas, nos induz a uma reflexão sobre o programa da AA “Género e desenvolvimento”. Em função da definição de “género” dada por Scott, interessa-nos saber: (i) até que ponto os programa “género e desenvolvimento” se efectiva ao nível de Marracuene, numa sociedade patrilinear com predominância de maior número de mulheres ? Os estudos de Waterhouse e Vijfhuizen tentam mudar o enfoque das mulheres como grupo isolado ao defender uma interacção entre mulheres e homens<sup>80</sup>.

A relação mulher-homem reflecte-se através da existência de trabalhadoras assalariadas na Action Aid. Tem um número significativo de mulheres que ocupam cargos de chefia: uma coordenadora de programas em Marracuene, chefe administrativa, coordenadora de programa de defesa de direitos da criança, uma secretária. De salientar que as mulheres ocupam geralmente, posições ligadas a assuntos sociais.

---

apresentada a UEM. Maputo, 2005. p.1-2. Para mais pormenores a respeito desta reflexão vide Isabel Casimiro na sua obra *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique* (2004). Como também, Ana Loforte. *Género e poder entre os tsonga de Moçambique* (2000).

<sup>79</sup> Mbilana. *Posicionamento dos chefes tradicionais...*p.19.

Ao nível da comunidade de Marracuene, precisamente na localidade de Nhongonhane, a Action Aid envolve também um número considerável de mulheres nos projectos, capacitando-as em matéria de produção agrícola e na educação da rapariga.

Nesta perspectiva de educação da rapariga como um meio de aumentar o bem-estar social e o rendimento do agregado familiar e conseqüentemente o combate à pobreza levado a cabo pela Action Aid, Nacima Figia considera a educação como um instrumento central para a melhoria das condições de vida e elevação do nível científico e técnico dos cidadãos como também um meio básico para a compreensão e intervenção nas tarefas de desenvolvimento social <sup>81</sup>.

A educação é importante para a sociedade, principalmente para a sociedade moçambicana em particular a de Marracuene, que se debate com o problema de pobreza e procura criar riqueza. Daí que se justifica a definição da educação como um direito fundamental da humanidade, tal como vem consagrado no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos <sup>82</sup>.

O privilégio que a Action Aid dá à educação da rapariga assenta na importância e no impacto da mesma em reduzir o nível da pobreza do agregado familiar, reduzir a mortalidade infantil e aumentar o estado nutricional das crianças, visto que as pessoas instruídas, neste caso a mulher, estão mais aptas a adoptarem métodos cada vez mais produtivos, são inovadores e criam condições para o alargamento da vida.

---

<sup>80</sup> Watrhouse; Vijfhuizen (Coord.) *Estratégias das mulheres...*p.25.

<sup>81</sup> Nacima Figia. "A educação da rapariga e a erradicação da pobreza absoluta em Moçambique". In: Zimba; Castiano (Coord.) *As Ciências sociais...* p.299-30.

<sup>82</sup> PNUD.-RNDH 2000.... p.V.

## Capítulo 4. Conclusão

Tratando da pobreza como objecto de estudo deste trabalho, pudemos observar vários teóricos que tratam desta problemática. Deste modo, procuramos, na revisão da literatura, definir o conceito de pobreza de uma forma geral, como carência.

Ao longo do trabalho apresentámos as actividades da AA tais como, provisão de serviços ( construção de escolas, hospitais, distribuição de insumos agrícolas) que se enquadram nas teorias de “modernização” e “desenvolvimento” e as actividades de defesa dos direitos humanos ( defesa dos direitos da mulher, criança e dos mais desfavorecidos) que se enquadram na teoria “comportamental e organizacional” como forma de acabar a pobreza em Marracuene. A AA implementou estas actividades no distrito de Marracuene em dois períodos distintos, o primeiro foi de 1995 a 2004 e último, desde 2005. No primeiro período a AA exercia as actividades de provisão de serviços e desde 2005 a Organização exerce, principalmente, as actividades ligadas a defesa dos direitos humanos.

Em relação a estas últimas actividades, defesa dos direitos humanos, a população de Marracuene mostrar-se relutante e conota a Organização de acções de natureza política e não humanitária. Assim sendo, para àquela população o combate à pobreza através da defesa dos direitos humanos, por exemplo, sensibilização, advocacia, *empowerment*, não é por enquanto relevante porque o distrito ainda carece de escolas, hospitais e outros bens que geram rendimentos.

No desenvolvimento das actividades da Action Aid tem-se notado uma participação significativa da comunidade, com maior destaque para a mulher. A mulher participa na educação, alfabetização, e na capacitação de produção agrícolas e na comercialização, dos quais consegue rendimentos para a sua própria sobrevivência e dos seus dependentes.

Por último, apesar da relutância da população em relação ao novo projecto da AA, defesa dos direitos humanos, a colaboração entre o Governo de Moçambique, sector privado e ONG's em particular a AA contribui significativamente na redução da pobreza e o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano no distrito de Marracuene. Houve melhorias significativas nos cuidados sanitários embora se verifica a persistência do HIV/SIDA; não obstante a falta do nível médio, a educação melhorou e em termos de rendimento *per capita*, o distrito continua com resultados não satisfatórios.

## Bibliografia

### Monografias

Abrahamsson, H; Nilsson, A. *Ordem mundial futura e governação nacional em Moçambique: "empowerment" e espaço de manobra*. Maputo: Padrigu. CEEI-ISRI, 1995.

Abrahamsson, H; Nilsson, A. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Padrigu. CEEI-ISRI, 1994.

Adam, Yussuf. *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo*. Trajectória de Moçambique pós-colonial, 1975-1990 Maputo: Promédia, 2006.

Alden, Chris. *Mozambique and the construction of the new african state: from negation to nation buildings*. New York: Palgrave, 2001.

Alves, Maria Inês P. *As ONG's na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC, 1996.

Amaral, Wanda do. *Guia para apresentação de teses, dissertações e trabalhos de graduação*. Maputo: Livraria Universitária, 1999.

Bobbio, Norberto. *Dicionário de política*. 7ed. Brasília, 1996.

Casal, Adolfo Y. *Antropologia e desenvolvimento das aldeias comunais de Moçambique*. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia, 1996.

Friedmann, John. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Lisboa: Celta Editora, 1996.

Gil, António Carlos. *Como elaborar projectos de pesquisa*. São Paulo: Atlas S.A., 1998.

Grupo de Pesquisa de Moçambique. *O movimento associativo moçambicano numa governação democrática*. Maputo: Kulima Editora, (s/d).

Hanlon, Joseph. *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária-UEM, 1996.

Hanlon, Joseph. *Mozambique: who calls the shots?* Londres: James Currey, 1991.

Kanji, Nazeen et al. *Promoção dos direitos relativos à terra em África: que diferenças fazem as ONG's?* Londres: International Institute for Environment and Development, 2002.

Macamo, Elísio. *O abecedário da nossa dependência*. Maputo: Ndjira, 2005.

Mazula, Brazão. *Ética, educação e criação de riqueza: uma reflexão epistemológica*. Maputo: Livraria Universitária, 2005.

Monteiro, Ana Piedade; José, Alexandrino (Org.). *ONG's: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo. CEA, 1995.

Negrão, José. *Cem anos de economia da família rural africana: o delta do Zambeze em análise retrospectiva*. Maputo: Promédia, 2001.

Oppenheimer, Jochen; Raposo, Isabel. *A pobreza em Maputo*. Ministério do Trabalho e Solidariedade, 2002.

Ouana, Miguel; Matavele, Joaquim. *Bioteχνologia e segurança alimentar em Moçambique*. Maputo: Action Aid Moçambique, 2003.

Quivy, Raymond; Campenhout, LucVan. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992.

República de Moçambique. *Agenda 2025: visão e estratégias da Nação*. Maputo: PNUD/African Futures, 2003.

República de Moçambique. *PARPA 2000-2004*. Maputo: Promédia, 2000.

Ribeiro, Mário. *Parcerias Estado-ONG*. Lisboa: CIDAC, 1996.

Silva, Benedicto et al. (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

Silva, Edna Lúcia da; Menezes, Ester M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Santa Catarina: Florianópolis, 2001.

Waterhouse, Rachael; Vijfhuizen, Carin (Coord.). *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*. Maputo: UEM e Action Aid Moçambique, 2001.

Zimba, Benigna. *Mulheres invisíveis: o género e as políticas comerciais no sul de Moçambique, 1720-1830*. Maputo: Promédia, 2003.

### Artigos

Action Aid. *Género e desenvolvimento: uma contribuição da Action Aid*. Maputo, 1999.

Adam, Yussuf; Coimbra, Humberto. *Efeitos do PRES em Cabo Delgado*. Maputo: CEP-UEM, 1997.

Artur, Luís. "O papel da mulher no combate à pobreza: o caso do caju em Manjacaze". In Zimba, Benigna; Castiano José P. (Coord.). *As Ciências Sociais na luta contra a pobreza em Moçambique*. Maputo: FILSOM Entertainment, 2005.

Ball, Colin; Dunn, Leith. *ONG's: directrizes para uma boa política e prática*. Londres: Fundação Commonwealth, 1997.

Figia, Nacima. "A educação da rapariga e a erradicação da pobreza absoluta em Moçambique". In Zimba, Benigna; Castiano, José P. (Coord.). *As Ciências Sociais na luta contra a pobreza em Moçambique*. Maputo: FILSOM Entertainment, 2005.

Fumo, Carlos. "ONG's moçambicanas: sua identidade e papel no desenvolvimento do País". In Monteiro, Ana P.; José, Alexandrino (Org.). *ONG's: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: CEA, 1995.

Governo de Moçambique. "PARPA 2001-2005". In Rolim, Cássimo et al. (Org.). *A economia moçambicana contemporânea: ensaios*. Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças, 2002.

Macia, Manuel. "Intelectuais, pensamento crítico e política em Moçambique: passado e presente". In Zimba, Benigna; Castiano, José P. (Coord.). *As Ciências Sociais na luta contra a pobreza em Moçambique*. Maputo: FILSOM Entertainment, 2005.

Macuácuá, Adriano. "Soluções para o combate à pobreza em Moçambique". In Zimba, Benigna; Castiano, José P. (Coord.). *As Ciências Sociais na luta contra a pobreza em Moçambique*. Maputo: FILSOM Entertainment, 2005.

McPherson, Malcolm F. "Crescimento e redução da pobreza". In Cássimo, Rolim et al. (Org.). *A economia moçambicana contemporânea: ensaios*. Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças, 2002.

Silva, Celmira. "A interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais: um imperativo na cooperação para o desenvolvimento em África". In Zimba, Benigna; Castiano, José P. (Coord.). *As Ciências Sociais na luta contra a pobreza em Moçambique*. Maputo: FILSOM Entertainment, 2005.

Scott, Joan. *Género: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1989.

Valá, Salim C. *Os imperativos da participação comunitária no desenvolvimento rural*. Maputo: UEM, 1998.

## Teses

Alcolete, Jequessene M. *Influência das ONG's na coabitação entre os órgãos locais de Estado e os órgão de poder local, Milange, 1998-2002*. Tese de licenciatura em Administração Pública. Maputo: UEM-FLCS, 2003.

Capaina, Nelson J. *O papel das ONG's estrangeiras para o desenvolvimento rural: o caso da Action Aid Mozambique*. Tese de licenciatura em Administração Pública. Maputo: UEM-FLCS, 2002.

Chavry, Maria dos Anjos F. *População e degradação dos recursos florestais em Marracuene*. Tese de licenciatura em Geografia. Maputo: UEM-FLCS, 1998.

Cruz, Catarina Maria T. *Desenvolvimento humano e a natureza: uma contribuição para a sua articulação harmónica em Moçambique, caso de estudo Marracuene, Província de Maputo*. Tese de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano. Porto: Universidade do Porto, 2003.

Furvela, Lídia João S.M. *A comercialização do combustível lenhoso como estratégia de sobrevivência das mulheres: o caso de estudo do mercado Mucorreane da cidade de Maputo, 1992-2005*. Tese de licenciatura em História. Maputo: UEM-FLCS, 2005.

Luís, Momad. *Participação da comunidade na gestão de recursos naturais na Ilha de Quilua no distrito de Angoche, província de Nampula*. Tese de licenciatura em Geografia. Maputo: UEM-FLCS, 1998.

Macamo, Piedade. *ONG's em Moçambique: governo paralelo?* Tese de licenciatura em Relações Internacionais. Maputo: ISRI, 1995.

Massango, Anastácio B. *Políticas do Governo moçambicano no combate à pobreza 1975-2000*. Tese de licenciatura em História. Maputo: UEM-FLCS, 2005.

Mbilana, Guilherme João B. *Posicionamento dos chefes tradicionais e o comportamento da sua autoridade perante o poder político central no distrito de Marracuene*. Tese de licenciatura em História. Maputo: UEM-FLCS, 1997.

## Revistas e relatórios

Action Aid. *Plano estratégico 2005-2010, Juntos combatendo a pobreza*. Maputo, 2005.

Action Aid. *Sistema de Responsabilidade, Apreendizagem e Planificação (Alps)*. Maputo, Junho de 2002.



- ACNUR-PNUD. *Perfil de desenvolvimento distrital de Marracuene 1997*. Maputo, 1997.
- Banco Mundial. *Memorando sobre o papel da água na economia moçambicana*. Maputo, Junho de 2005.
- Blanco, Enrico. ‘‘Alívio à pobreza’’. In *Revista mais*. nº 4, abr. 2004.
- Directório Comercial de Moçambique 2005. Maputo: Editor Directório Comercial de Moçambique, 2005.
- Directório Comercial de Moçambique 2006. Maputo: Editor Directório Comercial de Moçambique, 2006.
- Fórum Mulher. ‘‘Marcha das mulheres 2000’’. In *Revista MoçAmbiente*. nº 37, Agost-Set, 2000.
- Green, Reginald. *A dimensão social do ajustamento em Moçambique: estudo sobre o impacto social do PRE sobre os grupos populacionais mais desfavorecidos*. Maputo: Ministério das Finanças/UNICEF, 1989.
- Grupo 20. *Relatório Anual da Pobreza da Província de Maputo 2005*. Maputo: Grupo 20, 2005.
- PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*. Cooperação internacional numa encruzilhada: ajuda, comércio e segurança num mundo desigual. Trad.: José Freitas e Silva. Lisboa: Ana Paula Faria Editora, 2005.
- PNUD. *Moçambique—educação e desenvolvimento humano: percursos, lições e desafios para o século XXI*. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 2000. Maputo: PNUD, 2000.
- PNUD. *Moçambique—paz e crescimento económico: oportunidades para o desenvolvimento humano*. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 1998. Maputo: PNUD, 1998.
- PNUD. SADC. *Relatório Regional do Desenvolvimento Humano na SADC 1998: Governação e desenvolvimento humano na África Austral*. Harare: SAPES Books, 1998.
- Schelp, Diogo. ‘‘A ajuda atrapalha África’’. In *Revista mais*. nº 17, out. 2005.
- USAID—Moçambique. *Relatório de avaliação da corrupção em Moçambique 2005*. Maputo, 16 de Dezembro de 2005.

### **Legislação**

República de Moçambique. Decreto nº55/98, que define a actuação das ONG's estrangeiras no País. In: *Boletim da República*, nº40, Série I, de 13 de Outubro de 1998. Maputo: Imprensa Nacional, 1998.

### **Internet**

Action Aid Mozambique. Educação e VIH/SIDA. Manual com programas de prevenção contra o VIH/SIDA. [www.google.com.br](http://www.google.com.br). (21 de Agosto de 2006).

Ezequel, Márcio. *Pobreza como objecto histórico: problemas empíricos e teóricos*. [htt://www.google.com.br](http://www.google.com.br). (25 de Julho de 2006).

Teorias sobre a pobreza. [htt://www.google.com.br](http://www.google.com.br). (25 de Julho de 2006).  
[www.actionaid.org.mozambique](http://www.actionaid.org.mozambique)

### **Fontes orais**

Ambrósio Mafumo

Eduardo Costa

Clara

Figueredo Lhongo

Faquira

Armando Zandamela

Josefina

Isabel

Rufino

Anónimos

## Anexos

### I. Guião de Entrevistas

O objectivo desta entrevista é ajudar a presente dissertação sobre a actuação e contribuição da Action Aid no combate à pobreza no distrito de Marracuene, de 1995 à actualidade

#### I.I. Guião de Entrevista a Action Aid

O que é a Action Aid?

Quando foi fundada e por quem e onde?

Qual é a sua sede e quais são os seus parceiros (países e financiadores)?

Quando é que chega e opera em Moçambique?

Como é que se relaciona com o Governo de Moçambique e outras ONG's (nacionais e estrangeiras)?

Que programa e projectos estão a implementar e quais as estratégias para atingir os objectivos dos mesmos?

Quais as áreas prioritárias (áreas geográfica e social) de execução de projectos?

Que avaliação fazem em relação aos vossos projectos no combate à pobreza para elevar o índice de desenvolvimento humano em Marracuene.

Capacidade e recursos financeiros: pessoal técnico e de apoio; orçamento do projecto em execução.

O que levou a Action Aid à transitar de projecto provisão de serviços para defesa dos direitos humanos?

Um dos sectores sectores da Organização é educação da rapariga. Que apreciação faz sobre o mesmo?

Que comentários faz sobre a monitoria e avaliação dos vossos projectos.

Quais foram os sucessos alcançados pela AA na satisfação das suas estratégias e objectivos?

Qual é a percepção da Action Aid em relação a pobreza e desenvolvimento.

Quais as estratégias que AA aplica no combate à pobreza em Marracuene?

Os programas e os projectos da AA conjugam ou respeitam os valores locais?

Em que medida o envolvimento ou participação da comunidade nos projectos da AA contribui para o desenvolvimento do distrito?

Qual tem sido o *feedback* ou resposta da comunidade e sociedade civil de Marracuene em relação aos vossos programas e projectos.

Qual é o método usado pela AA na divulgação dos seus planos e actividades?

Que comentários gostaria de adicionar sobre a actuação da AA em Marracuene.

### **I.II. Guião de Entrevista a Comunidade**

Que tipo de ajuda tem recebido da Action Aid?

Que projectos da AA já se beneficiaram? E quantos já se beneficiaram?

Que gostaria de ser feito pela AA aqui em Marracuene?

Quais eram as vossas expectativas sobre a actuação da AA?

Que actividades económicas tem praticado?

Como é que conseguem manter os projectos da AA?

De uma maneira geral, quais são os seus comentários em relação a actuação da AA em Marracuene.

### **I.III. Guião de entrevista a estruturas governamentais de Marracuene**

Como é que tem sido a relação entre o governo de Marracuene e a Action Aid?

Como é que tem sido a estratégia de sobrevivência das populações daqui do distrito? De que se ocupam as populações de Marracuene?

Como é que era a situação social e económica aqui em Marracuene, antes da intervenção da AA?

Como é que avalia a actuação da AA aqui em Marracuene?

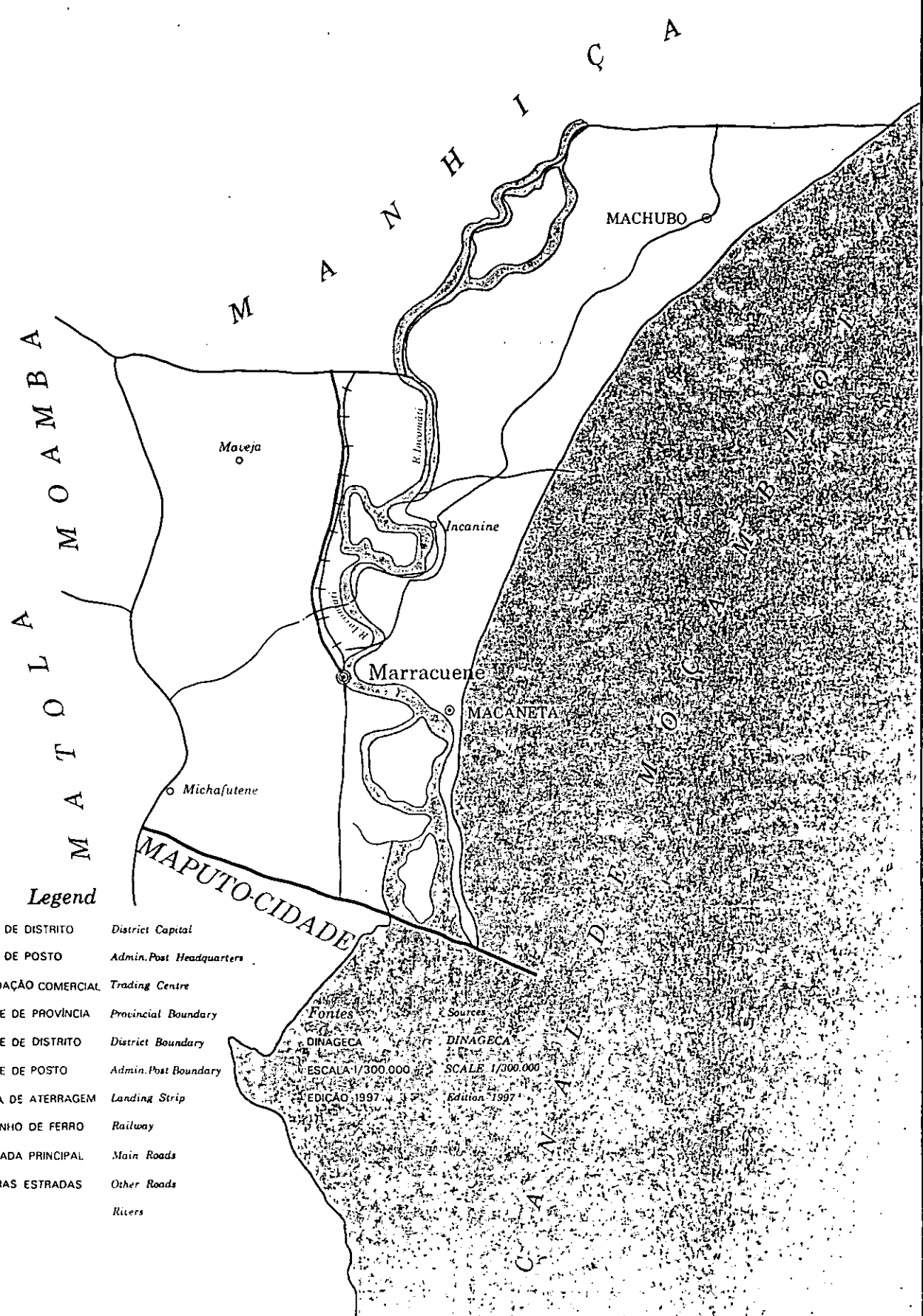
Na sua opinião, quais os sectores que a AA devia ou deve prestar ajuda.

Com a actuação da AA, qual é o nível de vida da população do distrito?

Outros comentários sobre a relação da AA e o governo local e actuação desta Organização no distrito.

## II. Lista dos entrevistados

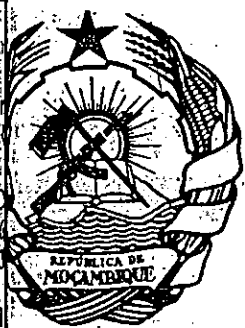
| Nome                     | Ocupação                                      | Local da entrevista                         | Data da entrevista            |
|--------------------------|---|---|-------------------------------|
| Eduardo Costa            | Director de Programas da AA                   | Escritórios da AA, cidade de Maputo         | Outubro de 2005; Maio de 2006 |
| Sr <sup>a</sup> Clara    | Coordenadora de Projectos da AA em Marracuene | Escritórios da AA, Marracuene-sede          | Fevereiro de 2006             |
| Sr. Gabriel Manhiça      | Presidente da ANAMAR                          | Marracuene-sede                             | 16 de Fevereiro de 2006       |
| Sr. Figueredo Lhongo     | Oficial de Projecto HIV/SIDA da AA            | Escritórios da AA, Marracuene-sede          | 06 de Abril de 2006           |
| Sr. Faquira              | Chefe da localidade de Nhongonhane            | Localidade de Nhongonhane                   | 13 de Abril de 2006           |
| Sr. Armando Zandamela    | Secretário-adjunto da Aldeia Samora Machel    | Localidade de Nhongonhane                   | 13 de Abril de 2006           |
| Sr <sup>a</sup> Josefina | Doméstica                                     | Mercado de Marracuene-sede                  | 13 de Abril de 2006           |
| Sr <sup>a</sup> Isabel   | Camponesa                                     | Localidade de Nhongonhane                   | 13 de Abril de 2006           |
| Anónimos                 | Camponeses, carpinteiros, comerciantes        | Marracuene-sede e Localidade de Nhongonhane | 13 de Abril de 2006           |



LEGENDA *Legend*

- ⊙ SEDE DE DISTRITO *District Capital*
- ⊙ SEDE DE POSTO *Admin. Post Headquarters*
- POVOAÇÃO COMERCIAL *Trading Centre*
- LIMITE DE PROVINCIA *Provincial Boundary*
- LIMITE DE DISTRITO *District Boundary*
- LIMITE DE POSTO *Admin. Post Boundary*
- ✈ PISTA DE ATERRAGEM *Landing Strip*
- CAMINHO DE FERRO *Railway*
- ESTRADA PRINCIPAL *Main Roads*
- OUTRAS ESTRADAS *Other Roads*
- ~ RIOS *Rivers*

Fontes *Sources*  
 ESCALA 1/300.000 *SCALE 1/300.000*  
 EDIÇÃO 1997 *Edition 1997*



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## 2.º SUPLEMENTO

IMPRESSORA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

### AVISO

Matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em devida e devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte: «...» e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

### SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 55/98:

Cria quadro legal que define os critérios da autorização, objectivos a atingir e mecanismos da actuação das Organizações Não-Governamentais Estrangeiras.

### CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 55/98  
de 13 de Outubro

O papel complementar das Organizações Não-Governamentais (ONG's) estrangeiras às iniciativas do Governo, no esforço de reabilitação e desenvolvimento do país, impõe a criação de um quadro legal que defina os critérios da autorização, objectivos a atingir e mecanismos da sua actuação.

Assim, ao abrigo do artigo 20 da Lei n.º 8/91, de 18 de Maio, o Conselho de Ministros decreta:

#### ARTIGO 1 (Definições)

Para efeitos do presente decreto entende-se:

1. Organizações Não-Governamentais (ONG's) — pessoas colectivas de direito privado, de natureza não lucrativa, constituídas, nomeadamente, em programas de emergência, reabilitação ou desenvolvimento. Podem ser associações, fundações ou outras pessoas colectivas da mesma natureza que prossigam fins de cooperação para o desenvolvimento social e económico.

2. Autorização — outorga necessária para que a ONG possa iniciar e desenvolver as suas actividades no território nacional.

3. Órgão Central de tutela — Ministério que supervisiona a principal actividade a ser exercida pela ONG no território nacional.

#### ARTIGO 2 (Princípios gerais)

1. Serão autorizadas a desenvolver actividades no país as ONG's cujos estatutos se enquadrem no programa do Governo, sobretudo do desenvolvimento rural e peri-urbano e, nomeadamente, nos domínios da educação, saúde, abastecimento da água e de transferência de conhecimentos e de tecnologia.

2. As ONG's estrangeiras deverão criar capacidade nacional de modo que os seus parceiros prossigam os projectos iniciados e assegurem a sua sustentabilidade.

3. Na prossecução das suas actividades as ONG's estrangeiras estão interditas de realizar ou promover acções de natureza política.

#### ARTIGO 3 (Objectos)

Constitui objectivo geral das ONG's o dedicarem-se à assistência das populações independentemente da sua etnia, raça, religião ou estatuto social bem como participarem na erradicação da pobreza, nomeadamente, através de acções que aumentem o rendimento das famílias e criem emprego.

#### ARTIGO 4 (Âmbito de aplicação)

O presente decreto aplica-se às ONG's estrangeiras que realizam as suas actividades na República de Moçambique no contexto dos programas nacionais de emergência, reabilitação ou desenvolvimento.

#### ARTIGO 5 (Autorização)

1. É delegada no Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação a competência para autorizar o início das actividades das ONG's estrangeiras, ouvido o órgão central de tutela.

2. A autorização a que se refere o n.º 1 do presente artigo é solicitada, mediante requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada de estatutos que comprovam a sua existência legal no país de origem;
- b) Proposta do programa geral de actividades que pretende realizar em Moçambique;
- c) Descrição da história da organização e sua experiência de trabalho;
- d) Quadro de pessoal que se propõe utilizar;
- e) Documento comprovativo de capacidade e disponibilidade de recursos financeiros necessários para realização das actividades em Moçambique.

3. Deverão ainda constar do requerimento, nome da ONG, a sua sede ou domicílio.

#### ARTIGO 6

(Início da actividade)

1. As ONG's apenas deverão iniciar as suas actividades após o despacho de autorização.

2. Autorização a que se refere o n.º 1 do presente artigo terá a validade de dois anos, podendo ser prorrogado se as partes assim o convirem.

3. O órgão central de tutela aprovará o programa de actividades proposto pela ONG, de acordo com a política sectorial e verificará se o mesmo complementa o programa do Governo.

4. Compete ao órgão central de tutela da actividade da ONG a indicação da província para a realização das suas actividades, tendo em conta a necessidade da aplicação do princípio da equidade no desenvolvimento do País. Cabe aos governos provinciais a indicação do distrito ou do município de actuação da ONG e a este os locais de desenvolvimento dos projectos.

#### ARTIGO 7

(Provimento de postos de trabalho)

A contratação de trabalhadores estrangeiros deve obedecer à legislação laboral em vigor no País.

#### ARTIGO 8

(Relatório de actividades)

Durante o exercício das suas actividades, as ONG's deverão apresentar anualmente relatórios de actividades de acordo com procedimentos a definir pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

#### ARTIGO 9

(Obrigações fiscais)

1. As ONG's deverão registar-se na Repartição de Finanças da respectiva área fiscal, após a autorização referida no n.º 1 do artigo 6, antes do início da sua actividade.

2. As ONG's estão sujeitas à fiscalização ou auditoria fiscal, nos termos precisos da legislação fiscal em vigor.

#### ARTIGO 10

(ONG's em actividade)

As ONG's estrangeiras existentes a data da entrada em vigor do presente decreto deverão no prazo de cento e vinte dias proceder aos reajustamentos necessários à conformação com o disposto no presente diploma.

#### ARTIGO 11

(Casos omissos e legislação aplicável)

1. Para os casos omissos no presente decreto, aplicar-se-á a Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, o Decreto n.º 53/95, de 5 de Dezembro, e demais legislação em vigor.

2. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação aprovará o regulamento de aplicação do presente decreto.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

## DESPACHO

ACTION AID, Organização Não Governamental (ONG) originária do Reino Unido através do seu representante requereu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação a autorização para a sua inscrição em Moçambique a fim de participar nos programas de desenvolvimento económico e social do País.

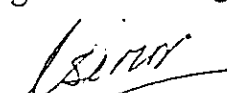
Apreciados os documentos entregues, de conformidade com o disposto no nº2 do artigo 5 do Decreto 55/98 de 13 de Outubro, a ACTION AID é uma Organização Não Governamental que prossegue fins lícitos determinados e legalmente possíveis, de acordo com a legislação em vigor sobre a matéria, pelo que nada obsta a sua autorização.

Nestes termos e de conformidade com a competência que me é conferida pelo disposto no nº1 do artigo 5 do Decreto 55/98 de 13 de Outubro, autorizo a ONG-ACTION AID a desenvolver as suas actividades na República de Moçambique.

A presente autorização é válida para o período de dois anos a contar desta data.

Maputo, 19 de ABRIL de 1999

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

  
Dr. Leonardo Santos Simão



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

Direcção para as Relações Económicas Multilaterais

À

Maputo

003241 /MINEC/DREM/DONG/99

Maputo, 23 de Agosto de 1999

Assunto: Comunicação do despacho

- 1- Serve a presente para comunicar a ONG ACTION AID que de conformidade com a vossa solicitação, foi por despacho de 19/8/99 de Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação em anexo, autorizado a desenvolver as actividades, devendo para o efeito observar o disposto no Decreto 55/98 de 13 de Outubro.
- 2- Mais se informa que a vossa ONG está inscrita no Departamento das ONG,s com o Código N. EP/14999

Melhores cumprimentos

